



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECADI
III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e
Cidadania, com Ênfase em EJA / 2014-2015

PAULO HENRIQUE ALVES DIAS

**APRENDENDO HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS,
ADULTOS E IDOSOS: 8º ETAPA DO 2º SEGMENTO:
A UTILIZAÇÃO DO BLOG COMO RECURSO PEDAGÓGICO**

**BRASÍLIA, DF
Novembro, 2015**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD
III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania,
com Ênfase em EJA / 2014-2015

**APRENDENDO HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS,
ADULTOS E IDOSOS: 8º ETAPA DO 2º SEGMENTO:
A UTILIZAÇÃO DO BLOG COMO RECURSO PEDAGÓGICO**

PAULO HENRIQUE ALVES DIAS

PROFESSOR ORIENTADOR RENATO HILÁRIO DOS REIS
TUTORA ORIENTADORA LEILA MARIA DE JESUS OLIVEIRA

PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL

BRASÍLIA-DF, 07 de novembro/2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD
III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania,
com Ênfase em EJA / 2014-2015

PAULO HENRIQUE ALVES DIAS

**APRENDENDO HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS,
ADULTOS E IDOSOS: 8º ETAPA DO 2º SEGMENTO:
A UTILIZAÇÃO DO BLOG COMO RECURSO PEDAGÓGICO**

Trabalho de conclusão do III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA/2014-2015, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista na Educação de Jovens e Adultos.

RENATO HILÁRIO DOS REIS
Professor Orientador

LEILA MARIA DE JESUS OLIVEIRA
Tutora Orientadora

ERASMO BALTAZAR VALADÃO
Avaliador (a) Externo

Brasília-DF, 07 de novembro de 2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Vice-Reitora da Universidade de Brasília Prof.^a Dr.^a. Sonia Bão, como também a coordenadora do programa de Pós-Graduação em Educação Prof.^a Dr.^a. Maria Abádia, que concederam a oportunidade para conclusão desse trabalho, a equipe do Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase em Educação de Jovens e Adultos, especialmente ao Prof. Dr. Renato Hilário e a Prof.^a M^a Leila Maria, que acolheram as minhas dificuldades com amorosidade, dedicação e respeito.

RESUMO

O presente Projeto de Intervenção Local, a ser aplicado na 8ª Etapa do 2º Segmento da Educação de Jovens, Adultos e Idosos do Centro de Ensino Fundamental Nº 04 de Sobradinho I – DF, traz em seu bojo a história da educação de jovens e adultos e a trajetória do ensino de História no Brasil, permitindo esmiuçar as deficiências e contradições que cercam a Educação de Jovens, Adultos e Idosos. O Projeto de Intervenção Local apresenta uma proposta metodológica através da adoção de novas linguagens e tecnologias resultando no desenvolvimento de um Blog de História como recurso pedagógico. Esse recurso busca a valorização dos (as) estudantes através da sua participação como sujeito no produzir história, integração entre estudantes e diminuição da evasão escolar. Espera-se com a aplicação da metodológica contribuir para elevação da qualidade do ensino da História.

Palavras-chave: história da EJA, percurso do ensino de história, blog para a educação de jovens e adultos, Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

The Local Intervention Project this to be applied to the 8th Stage of the 2nd segment of the Education of Young People, Adults and Seniors of Elementary Education Centre No. 04 Sobradinho I - DF brings with it the history of adult education and the trajectory the teaching of history in Brazil, allowing scrutinize the shortcomings and contradictions that surround the Education of Youth, Adults and Seniors. The Local Intervention Project, presents a methodology by adopting new languages and technologies resulting in the development of a History Blog as an educational resource. This feature search the valuation of (the) students through their participation as a subject in producing history, integration among students and decreased truancy. It is hoped that the application of the methodology contribute to raising the quality of the teaching of history.

Keywords: History of EJA, route history teaching, blog for the education of youth and adults Youth and Adult Education..

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 –Espelha a promoção de homens e mulheres estudantes da 8º etapa do 2º segmento da EJA, dados do 2ª semestre de 2015, CEF 04.....	12
Gráfico 02 Espelha a proporção de estudantes pelo ano de nascimento dados do 2ª semestre de 2015, CEF 04.	12

LISTA DE SIGLAS

Distrito Federal (**DF**)

Educação de Jovens e Adultos (**EJA**)

Índice de Desenvolvimento Humano (**IDH**)

Projeto Político Pedagógico (**PPP**)

Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (**NTIC**)

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Ilustração nº 01 – Comunidades atendidas pelo Centro de Ensino Fundamental nº 04 – Sobradinho/DF – Fonte: Google Maps	14
Ilustração nº 02 - CEF nº 04 – Sobradinho/DF – Fonte: Google Maps	17

LISTA DE QUADRO

Quadro - 1 - Índice de analfabetismo da população brasileira.....	24
Quadro - 2 - As transformações do ensino de História no Brasil.....	33
Quadro - 3 - Blog Educacional	42
Quadro - 4 - Cronograma de atividades a serem desenvolvidas.....	46

SUMÁRIO

1 PROPONENTE.....	12
2 IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	12
2.1 TÍTULO:	12
2.2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA:.....	12
2.3 INSTITUIÇÃO:	12
2.4 INSTÂNCIA INSTITUCIONAL DE DECISÃO:	12
2.4 PÚBLICO.....	12
2.5 PERÍODO DE EXECUÇÃO	14
3 AMBIENTE INSTITUCIONAL	15
4 JUSTIFICATIVA.....	18
4.1 APONTAMENTO SOBRE A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS NO BRASIL.....	21
4.2 APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA.....	28
4.3 O USO DO BLOG COMO RECURSO PEDAGÓGICO NO ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS	33
5 OBJETIVOS	42
5.1 OBJETIVO GERAL	42
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	42
6 ATIVIDADES/RESPONSABILIDADES	42
7 CRONOGRAMA	45
8 PARCEIROS.....	45
9 ORÇAMENTO	46
10 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	46
11 REFERÊNCIAS	48
BREVE MEMORIAL	51

1 PROPONENTE

Nome: Paulo Henrique Alves Dias

INFORMAÇÕES PARA CONTATO:

Telefone (s): 61 8149-4242

E-mail: paulohenriquead@gmail.com

2 IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

2.1 TÍTULO:

Aprendendo História na Educação de Jovens, Adultos e Idosos: 8º etapa do 2º segmento – a utilização do blog como recurso pedagógico.

2.2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA:

V Região Administrativa- Sobradinho – DF.

2.3 INSTITUIÇÃO:

Centro de Ensino Fundamental 04 de Sobradinho

ENDEREÇO: Quadra nº 15, Área Especial nº 02, Sobradinho-DF.

TELEFONE: (61) 3901-3784

2.4 INSTÂNCIA INSTITUCIONAL DE DECISÃO:

Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado da Educação

Centro de Ensino Fundamental 04 de Sobradinho

Conselho Escolar do Centro de Ensino Fundamental 04 de Sobradinho

2.4 PÚBLICO

O público a que se destina este Projeto de Intervenção Local – PIL são estudantes matriculados no Componente Curricular de História, na 8ª Etapa do 2º Segmento da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, do Centro de Ensino Fundamental 04 de Sobradinho. Com características diversas, o corpo discente é predominantemente de jovens que vieram do ensino regular, moradores da região administrativa de Sobradinho, trabalhadores, com pouco acesso a meios de cultura, esporte e lazer.

Segundo dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD) 2015, realizada pela CODEPLAN¹, na região administrativa de Sobradinho cerca de 53 % da população não concluiu a educação básica:

Quanto ao nível de escolaridade, a população concentra-se na categoria dos que têm ensino fundamental incompleto, 29,96%, seguido pelo médio completo, 23,36%. Os que possuem nível superior completo, incluindo mestrado e doutorado, representam 18,31%. Analfabetos na Região representam 1,83%. (PDAD. 2015 pg. 25)

Outro levantamento socioeconômico importante da PDAD 2015, está nas desigualdades da renda, o coeficiente de Gini² da região de Sobradinho é 0,475, onde 0 corresponde à completa igualdade social e 1 corresponde à completa desigualdade social. Segundo dados da pesquisa, das 20.909 casas consultadas constatou-se que 20% dos grupos familiares sobrevivem com uma renda entre 1 a 2 salários mínimos.

Tomando como foco o Centro de Ensino Fundamental 04 de Sobradinho – CEF 04, constata-se pelo Gráfico 01 que na 8ª Etapa do 2º Segmento existe um total de 93 estudantes matriculados sendo que o gênero masculino prevalece em maior número, pois é marcante a presença desse gênero nas primeiras etapas do 2º Segmento, supostamente pelas repetições, contínuos abandonos e transferência do Ensino Fundamental diurno para o noturno onde a única opção é a EJA.

Quanto ao gênero feminino representa menos de 50%, se comparado ao público masculino.

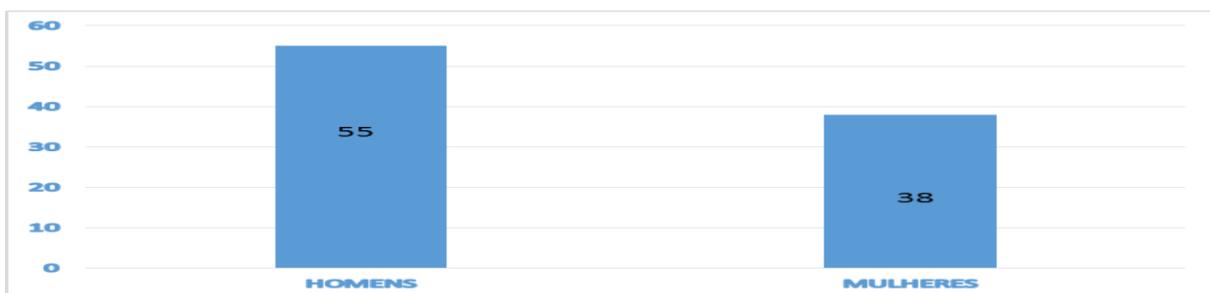


Gráfico 01 - Espelha a proporção de homens e mulheres estudantes da 8ª Etapa do 2º Segmento da EJA, dados do 2ª semestre de 2015, CEF 04.

Quanto à idade, o Gráfico 02 chama a atenção para o número representativo de estudantes na faixa etária que compreende dos 16 aos 19 anos, uma realidade encontrada hoje na Educação de jovens, adultos e idosos não só no Distrito Federal.

¹ Companhia de Planejamento do Distrito Federal, criada em 1964, pela Lei nº 4545, de 10 de dezembro de 1964 com o nome de Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN.

² O Coeficiente de Gini representa uma medida relativa da distribuição de renda. Mede a área entre o percentual acumulado da renda e o percentual acumulado da população. Varia de “zero” (igualdade perfeita) a “um” (desigualdade perfeita).

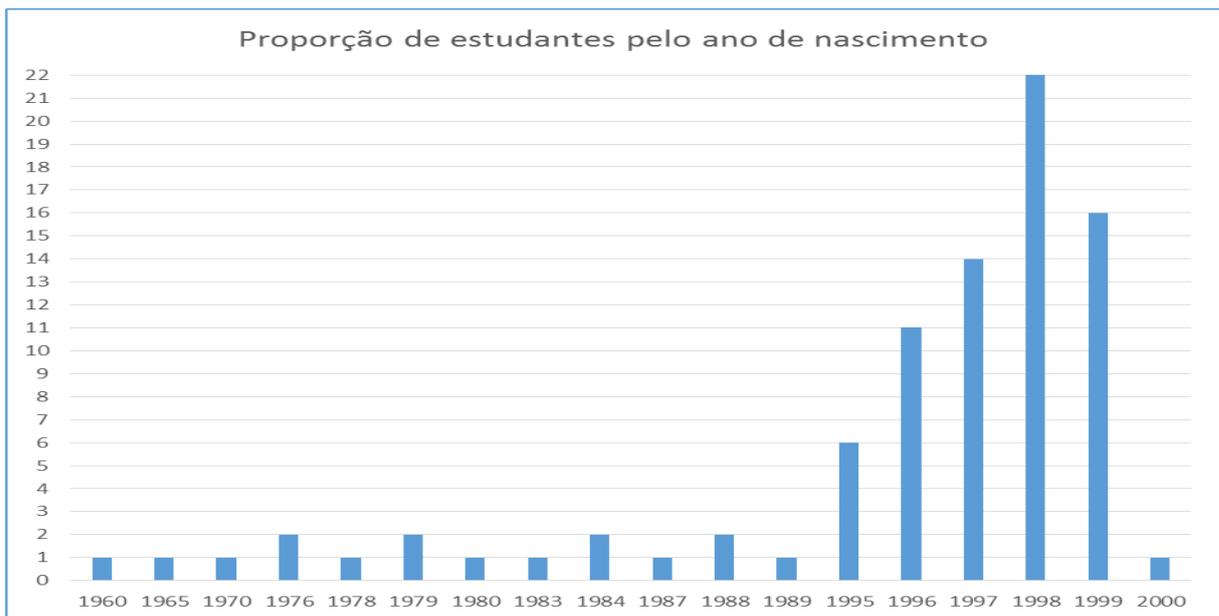


Gráfico 02 Espelha o quantitativo de estudantes pelo ano de nascimento. Dados das turmas 8º Etapa 2ª Seguimento matriculados no 2º semestre de 2015, CEF 04.

Fonte: Secretaria Escolar do CEF 04, Diário Eletrônico.

A presença desse “novo (a)” educando (a), que vem do ensino regular é sentida no grupo de estudantes típicos da Educação de jovens, adultos e idosos (EJA), geralmente com idade acima dos 18 anos. Ocorrem, em diversos momentos, conflitos geracionais entre os estudantes, porém existem também situações de acolhimento por meio de uma relação mais amistosa e com intensa troca de experiência. Mas isso não impede a interrupção do percurso escolar, uma vez que a idade na EJA tem sido relacionada como fator contribuinte para novas e / ou contínuas interrupções.

Cabe ressaltar ainda que os estudantes da EJA do Centro de Ensino 04 de Sobradinho possuem baixo poder aquisitivo, alguns vêm de outros estados em busca de melhores oportunidades na capital federal e ao mesmo tempo ingressam na Educação de jovens, adultos e idosos. A maioria dos estudantes do CEF 04, vê na educação uma oportunidade de ascensão social e meio de conquistar melhores condições de vida, através da elevação do seu nível de escolaridade.

2.5 PERÍODO DE EXECUÇÃO

O período de execução do PIL está nesse intervalo: de março de 2016 a julho de 2016.

3 AMBIENTE INSTITUCIONAL

O Centro de Ensino Fundamental 04 de Sobradinho está localizada na QD 15 – Área Especial 02 foi inaugurado em 15 de março de 1973. No transcorrer de sua história, a escola apoiou diversos projetos e obteve vitórias, dentre elas, destacam-se: a Olimpíada Brasileira de Matemática em 2008 e o projeto “Leio e Escrevo meu Futuro” do Correio Brasiliense. Atualmente a escola é direcionada por O’zelb de Freitas Cardozo (Diretor) e Perpétua Solino de Sousa (Vice-diretora), eleitos no processo de Gestão Democrática em 2012.

Segundo dados do Censo Escolar 2015, da SEEDF, a instituição tem no total 1.571 estudantes divididos entre o diurno e noturno, sendo este último exclusivamente para a EJA. O atendimento do CEF 04 está distribuído no Ensino Fundamental anos iniciais com 215 estudantes; no Ensino Fundamental anos finais com 877 estudantes e na EJA 2º Segmento, de 5ª a 8ª Etapa, estão matriculados 479 estudantes. O CEF 04 é uma escola Inclusiva, portanto estudantes portadores de necessidades educacionais especiais são atendidos também através da Sala de Recursos.

Os estudantes do Centro de Ensino Fundamental 04 de Sobradinho matriculados na EJA, caracterizam-se pela heterogeneidade sociocultural. A maioria dos (as) estudantes reside próximo da escola (Nova Colina, Arrozal, quadras próximas 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17e 18), outros se deslocam de regiões mais distantes como: Grande Fercal (Fercal) e Mestre D'armas (Planaltina).



Ilustração nº 01 – Localização do Centro de Ensino Fundamental nº 04 – Sobradinho/DF
Fonte: Google Maps, acessado em 12/10/2015.

No Projeto Político Pedagógico³ do Centro de Ensino nº 4 de Sobradinho (PPP, CEF 04 2015, p. 7), têm-se um retrato dos seus estudantes e as informações contidas nesse documento dão maior nitidez como forma de complementar as informações já prestadas:

Nossa clientela é bastante heterogênea. Atendemos crianças com lares estruturados e pais bem empregados. Famílias que enfrentam vários problemas de ordem social, como desestrutura familiar, casos de violência física, psicológica e sexual, uso de drogas, álcool e fumo, envolvimento com gangues etc., e, ainda, alunos oriundos de abrigos de recuperação para menores infratores. Obviamente, nossa proposta pedagógica prevê um tratamento igualitário e busca valorizar a riqueza de tal diversidade, apesar de sabermos que alguns desses fatores dificultam nosso trabalho, pois afastam as famílias e “inquietam” nossos alunos. Problemas sociais são enfrentados no cotidiano escolar, há casos de violência física e moral, envolvimento em gangues, alunos em medidas sócio-educativas, mas diante desse quadro desestruturado socialmente a escola propicia aos alunos a educação integral, aulas de xadrez, oficinas de produção textual. A escola conta também com a quadra poliesportiva coberta, laboratório de informática, dispõe além desses recursos, instrumentos tecnológicos e iconográficos entre outros: revistas, data show, retroprojektor, mapas e instrumentos musicais.

A estrutura arquitetônica do Centro de Ensino Fundamental 04 de Sobradinho permanece praticamente a mesma desde 1973. As alterações que ocorrem são tímidas: pintura de paredes e esquadilhas metálicas, troca de telhas e forro do teto e outras ligadas à manutenção da estrutura existente. A quadra para as práticas de esporte necessita de instalação elétrica para ser utilizada no turno noturno, além de piso próprio para prática de esporte. No PPP do CEF 04 (2015, p. 6), a falta de ampliação e melhoramentos na estrutura física são causadores de prejuízos pedagógicos para os estudantes.

A instituição possui um espaço físico que poderia atender perfeitamente à nossa clientela se algumas reformas e ampliações fossem executadas. Dentre a falta de espaços necessários para um melhor desenvolvimento desta proposta podemos citar, prioritariamente: auditório, reforma do piso das quadras de esporte, fixação de tabelas de basquete novas, reforma dos banheiros, refeitório e depósitos, cobertura do corredor de entrada da escola, dentre outros. Em relação às instalações e espaços existentes é importante ressaltar que reformas foram feitas melhorando o aspecto físico da instituição educacional. No entanto necessitamos de melhorias estruturais na parte hidráulica, elétrica, na ampliação da cantina e construção de um depósito de alimentos maior, além de um depósito para bens patrimoniais. Necessitamos de aparelhamento e ampliação dos espaços destinados à biblioteca, pois o existente, não é suficiente para o atendimento adequado de nossa clientela. Apesar das melhorias feitas como: quadra coberta, troca dos forros das salas de aula, instalação de televisão e ventiladores em todas as salas, toldo no bloco “A” para evitar o sol no período da tarde, criação de uma praça para recreação, mas com tudo isso, ainda precisamos adequar mais o nosso espaço para melhor atendermos nossa clientela.

³ É o instrumento que orienta o trabalho pedagógico e a coordenação pedagógica, espaço tempo de reflexão sobre a escola que temos e a escola que queremos.

O Centro de Ensino Fundamental 04 de Sobradinho I conta atualmente com 127 funcionários, que estão divididos entre professores (as), auxiliares administrativos, merendeiros (as) e ajudantes de limpeza, porteiros (as) e vigias. Segundo o Projeto Político Pedagógico, observa-se o interesse dos profissionais e auxiliares da educação, imbuídos em melhorar a qualidade de ensino, buscar o aperfeiçoamento, especializações e pós-graduações. Entretanto enfrentam problemas quanto as precárias condições de trabalho, que prejudicam o resultado pedagógico, são nocivas à saúde, ocasionando em alguns casos afastamentos temporários, em outros a readaptação da função, gerando assim ausência de profissionais e necessidade de sua substituição.

Todos os professores do Centro de Ensino 04 de Sobradinho possuem formação acadêmica superior, os demais profissionais em sua maioria possuem formação secundária, porém alguns destes auxiliares, conscientes da importância de se manterem atualizados, começaram a investir em sua formação superior e também na especialização.

A estrutura do Centro de Ensino Fundamental 04 de Sobradinho é formada por 7 pavilhões, conforme a ilustração abaixo. Temos no primeiro pavilhão a sala dos professores, sala de recursos, sala da integral I, sala da integral II e sala de vídeo, no segundo pavilhão temos salas de aula, coordenação geral e sala de informática, no terceiro pavilhão temos salas de aula, sala da diretoria, secretaria e arquivo, no quarto pavilhão temos salas de aula e sala de reprografia, no quinto pavilhão temos serviço de orientação educacional, biblioteca e salas de aula, no sexto temos um pequeno refeitório e sanitários para estudantes e professores e por fim, temos o sétimo pavilhão onde localiza a quadra coberta. Existe uma pequena praça situada nos fundos da escola e também um estacionamento interno.

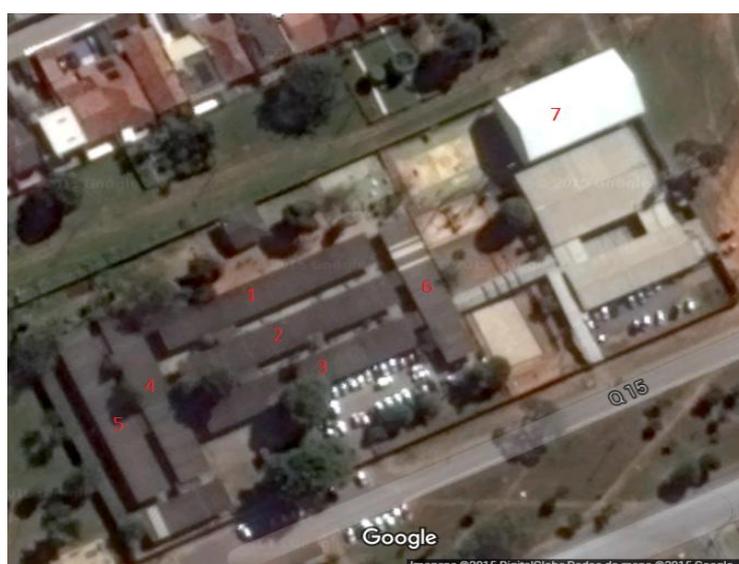


Ilustração nº 02 - Centro de Ensino Fundamental nº 04 – Sobradinho/DF – Fonte: Google Maps

Ciente da importante participação da família no processo formativo do educando (a), a escola solicita a sua participação em diversas ocasiões. A maioria das famílias participam, fazendo presentes em datas comemorativas. Esta realidade, porém é insuficiente quando tratamos da participação dos familiares nos Conselhos escolares, como podemos constatar no Projeto Político Pedagógico.

Nossa escola funciona como ponto de referência na região administrativa de Sobradinho para os moradores das quadras 13, 14, 15, 16, 17, 18, além da Comunidade de Nova Colina. A comunidade desses moradores costumam vir a escola sempre que necessário e também para prestigiar os eventos como: a Festa da Família, Festa das Regiões, Dias Temáticos e nas Reuniões de Pais.

Os atuais mecanismos legais de participação das famílias na escola como os Conselhos Escolares, Conselho de Segurança e as Associações de Pais e Mestres ainda não garantiram uma integração efetiva.

4 JUSTIFICATIVA

Faz necessário o Projeto de Intervenção Local - PIL, diante dos problemas e as muitas tensões enfrentadas pela Educação de jovens, adultos e idosos: falta de formação inicial dos profissionais de educação para atuar com essa modalidade de ensino, infraestrutura inadequada, profissionais em número insuficiente na biblioteca e no laboratório de informática. Além do imprevisto no preparo e utilização do material didático.

O livro didático é uma ferramenta que auxilia na aprendizagem do estudante, mas também colabora para a formação da ideologia de subserviência quando não protagoniza as várias realidades dos sujeitos da EJA ao longo de suas páginas. Este descompasso entre a realidade do estudante e o livro, restringe a ação dos jovens e adultos no processo de construção de sua história.

A chegada do livro didático na EJA através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD EJA), a partir da resolução nº 51/2009, do Ministério da Educação, não resultou numa mudança nessa concepção da história acrítica, inflexível e autoritária. Em alguns casos permanecendo assim o ensino de História baseado na fragmentação dos períodos históricos, na memorização de datas, dos mitos e dos heróis. FÁVERO (2014) observa que “as editoras não têm nenhuma prática de trabalhar com jovens e adultos pensada na educação popular”.

Segundo Catelli avalia que:

Ainda existe pouca gente que faz material efetivamente pensado para adultos. Ocorre muito a adaptação de materiais da escola regular, mas não basta trocar a imagem ou um texto. Há que se pensar no material com uma proposta pedagógica que leve em conta aquele sujeito. (2014, p.2)

Além das dificuldades quanto ao livro didático, há ainda diversos projetos que estão estabelecidos pelo Centro de Ensino Fundamental 04 de Sobradinho (PPP 2015, p.25) no decorrer do ano letivo:

1. Parte Diversificada – Leitura /interpretação de texto e raciocínio lógico, contribui com até três pontos para as outras disciplinas.
2. Intervalo: Reflexão busca de soluções para problemas disciplinares ou de relacionamentos interpessoais.
3. Biblioteca – Projeto de incentivo à leitura.
4. Práticas Interdisciplinares (Programas de apoio ao PPP do CEF 04 que tem como metas principais o incentivo à leitura, interpretação e ao raciocínio lógico).
5. Videoteca – uso das salas de projeção e DVDs.
6. EJA – Valorização do aluno da EJA com lanche, Festa junina específica, dia do estudante, formatura e semana da EJA.
7. Festa das regiões – projetos de valorização da cultura brasileira.
8. Festa Junina e Festa da Família – incentivo à cultura e a aproximação família/comunidade/escola.
9. Escola Integral – almoço e aulas de reforço de português e matemática.
10. Projeto interventivo para redução das evasões e reprovações. a. Discussão sobre meios coletivos para promover a recuperação processual nas séries finais. b. Projetos e palestras que promovam o aumento da autoestima da clientela. c. Projetos e palestras de combate à discriminação e ao bullying. d. Atendimento aos alunos de séries iniciais, com dificuldades de aprendizagem ou com problemas educacionais diagnosticados, através de projeto interventivo a alfabetização e apoio pedagógico.
11. Projetos por série/componentes de literatura, poesia e raciocínio lógico.
12. Projeto Aprender Brincando – Sala de recursos de deficiência intelectual.
13. Passeios educativos com foco no trabalho pedagógico.
14. Oficinas pedagógicas (Uso do jornal em sala de aula, matemática, produção de texto, sexualidade, projetos que promovam a inclusão, etc.)
15. Projeto disciplinar – interclasse, vôlei, queimada, recreio monitorado e rádio escolar.
16. Projetos voltados para o combate ao preconceito e discriminação: Semana dos ANEE's e Semana da Consciência Negra.
17. Parcerias que promovem a preservação do meio ambiente e o paisagismo da escola.

De fácil constatação que poucos projetos são pensados para o público da EJA, salvo o projeto EJA, que busca valorização dos (as) estudantes da EJA com lanche, festa junina específica, dia do estudante, formatura e semana da EJA (pg. 18, item 6), que traz algumas ações pontuais, embora mereça mérito pelos seus resultados positivos, vale ressaltar que os demais projetos desenvolvidos dentro da unidade de ensino, devem contemplar organicamente o (a) estudante da Educação de jovens, adultos e idosos.

Os obstáculos para os estudantes da EJA do Centro de Ensino Fundamental 04 de Sobradinho vão além das dificuldades de retorno ao percurso escolar. Eles convivem também com a precariedade de transporte público. Para muitos estudantes trabalhadores é enorme a dependência desse meio de transporte no seu deslocamento de casa, para o trabalho e deste para a escola. O transporte está marcado pelo desconforto e demora dos

ônibus, lotação excessiva, justamente no horário que o estudante tem pressa e precisa contar obrigatoriamente com o auxílio do transporte para chegar à escola e, depois retornar para casa.

A distância entre a escola e casa, também é causa da descontinuidade escolar na EJA. Há em Sobradinho I apenas duas escolas ofertando EJA no segundo Segmento da 5ª a 8ª Etapa no noturno. Muitos estudantes têm horários de trabalho incompatíveis com o horário noturno e existem mães estudantes que enfrentam dificuldades em deixar seus filhos com outras pessoas para ir à escola.

A interrupção do percurso escolar em qualquer nível de ensino é um desafio para os profissionais da educação, permanecendo como um problema endêmico na nossa sociedade. Os números citados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil 2013, revelam a omissão das políticas públicas para o ensino na EJA, expondo o quantitativo de jovens e adultos que permanecem excluídos da escola pública.

Campos (2003) estabelece que a interrupção no percurso escolar na EJA pode ser por tempo determinado ou não. Diversas razões de ordem social e, principalmente econômica, contribuem para a interrupção no percurso escolar dentro da EJA, transpondo a sala de aula e indo além dos muros da escola.

Santos (2007) efetuou uma pesquisa sobre a permanência de jovens e adultos no ambiente escolar. Após um trabalho desenvolvido na Escola Classe I de Brazlândia do Distrito Federal para estudantes da EJA, a autora afirma que os fatores que causavam a interrupção do trajeto escolar no Distrito Federal eram: a distância da escola; o cansaço do alfabetizando que trabalha o dia inteiro; a inadequação da sala de aula para jovens e adultos; a má estrutura do ambiente que muitas vezes não tem iluminação adequada; a ausência de um lanche a ser distribuído ao estudante que vem direto do trabalho para a escola; e o despreparo do corpo docente para trabalhar com a especificidade da EJA.

No Centro de Ensino Fundamental 04 de Sobradinho estudantes do ensino regular transferidos para a Educação Jovens e Adultos, devido um histórico de defasagem idade/série, deparam com uma modalidade com características diversas de ensino regular, em alguns casos ocorrem conflitos de gerações, permeado de contradições. Nessa modalidade, há um excesso número de faltas devido à jornada extra de trabalho, aos problemas relacionados à mobilidade urbana, a responsabilidade quanto aos filhos e a saúde.

Como relatado acima, a modalidade EJA é um campo de desafios a serem enfrentados por meio da inovação e da criatividade. Esse campo, ora assustador, ora motivador é o trampolim para criar e recriar projetos. E as novas tecnologias tornam-se instrumentos que podem auxiliar a enfrentar a desafiadora tarefa de diminuir a interrupção do percurso escolar.

Pelas várias adversidades que são enfrentadas pelos sujeitos da EJA, estes devem receber o respeito e o acolhimento da instituição, oferecendo ensino de qualidade, encorajamento para as práticas de cidadania, superando assim a ideologia dominante, voltada para a obediência, o silêncio e a passividade dos (as) estudantes, como veremos a seguir, na análise sobre a trajetória histórica da Educação de jovens, adultos e idosos.

4.1 APONTAMENTO SOBRE A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS NO BRASIL

Para compreender o longo trajeto da modalidade de ensino para Jovens e Adultos durante a história do Brasil, vale retornar aos anais da história, para constatarmos que sempre esteve fortemente marcada pelas variações sociais, econômicas, políticas e culturais em seus diversos períodos da história nacional. A modalidade de ensino de jovens e adultos (EJA) envolve dimensões que vão além da questão educacional. Essa modalidade antes era resumida ao aprender a ler e escrever, presente nos primeiros passos para a alfabetização. Ao longo desses momentos históricos, existiram ações de Estado voltadas para a Educação de jovens, adultos e idosos, porém de uma forma sistemática são recentes.

Desde primórdios da colonização da América Portuguesa, a Companhia Missionária de Jesus, tinha um trabalho destinado a catequizar indígenas crianças e adultos. Estes ameríndios foram submetidos à intensa ação cultural e educacional e foram alfabetizados na língua do dominador e obrigados a adotar seu credo.

No Brasil Colônia, a referência à população adulta era apenas de educação para a doutrinação religiosa, abrangendo um caráter muito mais religioso que educacional. Nessa época, pode-se constatar uma fragilidade da educação, por não ser esta responsável pela produtividade, o que acabava por acarretar descaso por parte dos dirigentes do país (CUNHA, 1999, p,36).

Segundo Paiva (1987), a Educação de Jovens Adultos nasceu no Brasil concomitantemente com a educação regular. Os jesuítas buscavam atingir os pais, por meio dos seus filhos. Através da catequese dos indígenas adultos, a alfabetização e a transmissão do idioma dos colonizadores, passaram a instrumento de cristianização e de dominação das nações indígenas.

Após a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, a educação passa a responsabilidade da administração da América Portuguesa, a educação ofertada pelo Estado era direcionada para as famílias mais abastadas, tornando uma educação elitista, restringindo assim o acesso à educação das massas populares. A identidade da educação brasileira foi sendo marcada então, pelo elitismo que restringia a educação às classes mais endinheiradas.

A história da educação brasileira foi tornando o conhecimento formal monopólio das classes dominantes, após a outorgada constituição de 1824 pelo imperador D. Pedro I. Está previsto em seu texto no inciso “XXXII. A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos” (BRASIL, 1824). No entanto, esse inciso da constituição, infelizmente ficou só no papel.

A partir do Ato Constitucional de 1834 é transferida a responsabilidade do governo imperial para as províncias da instrução primária e secundária de todas as pessoas. O atraso da industrialização, as diversas crises econômicas, faz com que a educação de jovens, adultos e idosos seja carregada de um princípio missionário e caridoso. A alfabetização destas pessoas era um ato de caridade das pessoas letradas às pessoas perigosas e degeneradas. “Era preciso ‘iluminar’ as mentes que viviam nas trevas da ignorância para que houvesse progresso” (STEPHANOU; BASTOS (orgs), 2005, p. 261).

A pessoa analfabeta na segunda metade do século XIX, passou a ser considerada dependente e incompetente, diversas leis como a Reforma Leôncio de Carvalho em 1879, a Lei Saraiva de 1881, traziam esta idéia preconceituosa que nos dizeres de Rui Barbosa, em 1882, “os analfabetos são considerados, assim, como crianças, incapazes de pensar por si próprios”.

Após a constituição de 1891, o que era ruim ficou ainda pior, o voto foi restrito a pessoas letradas, não era direito de todos: menores de 21 anos, mulheres, analfabetos, mendigos, soldados rasos, indígenas e integrantes do clero estavam impedidos de votar. A constituição, portanto, legalizava a discriminação e exclusão da pessoa analfabeta. Na República Velha (1889-1930) está marcado como um momento histórico de retrocesso nos direitos da pessoa analfabeta.

Nos anos de 1915 as discussões presentes, eram de que as pessoas não alfabetizadas deveriam procurar-se alfabetizar. Era necessário transformar a pessoa analfabeta em um ser “produtivo”. É criada a Liga Brasileira contra o Analfabetismo que busca idealizar estes objetivos. Já a elite considerava o analfabetismo como um empecilho que deveria ser superado para o desenvolvimento do país.

A década de 1920 foi um momento de avanços no desenvolvimento educacional do Brasil, apesar de sua frágil economia, em grande parte ainda baseada na monocultura do café, no sistema agrário-exportador desde o período colonial, concomitantemente a sociedade brasileira estava passando por mudanças profundas, com a implantação de novas ferrovias, abertura de novas áreas de cafeiculturas, concentração de mão de obra nos centros urbanos, crescimento da potência energética, do setor industrial e do aumento das cidades. Como grande parte da economia brasileira ainda voltada para o mercado exterior, a

crise de 1929⁴ tornou-se extremamente desastrosa para o nosso país, acelerando o processo de direcionamento dos capitais investidos nas lavouras de café, para outros setores da economia, especialmente o setor industrial.

Além das mudanças econômicas no Brasil, temos também mudanças no âmbito da educação com as idéias da Escola Nova, tendo como principais propagadores Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Cecília Meireles, Anísio Teixeira. Apesar da expansão dessas novas idéias a educação no Brasil beirava o descaso, conforme tabela abaixo, alcançava a incrível marca de 75% de analfabetismo em 1920.

Índice de analfabetismo da população brasileira

Ano	1890	1900	1920
Total de habitantes	14.333.915	17.388.434	30.635.605
Sabem ler e escrever	2.120.559	4.448.681	7.493.357
Não sabem ler e escrever	12.213.356	12.939.753	23.142.248
% de analfabetos	85%	75%	75%

Quadro 1 – Índice de analfabetismo da população brasileira

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Anuário Estatístico do Brasil, ano II, 1936, p. 43.

Na década de 1930, finalmente consolida a educação básica de adultos, alavancada por grandes transformações no processo de industrialização e de aglomeração populacional nos centros urbanos brasileiros. A oferta de ensino básico gratuito estendia-se consideravelmente, acolhendo setores sociais cada vez mais marginalizados. Durante esse período temos a criação do Plano Nacional de Educação⁵, especialmente elaborado na promoção da educação no ensino primário integral às pessoas jovens e adultas. Em 1938, é criado o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), o órgão iniciou seus trabalhos após a publicação do Decreto-Lei nº 580. Através de estudos e pesquisas, geram condições para a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário em 1942, por meio do decreto nº 4.958, com o objetivo de realizar programas que ampliasse e incluísse o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos. Em 1945, este fundo passa a ser regulamentado,

⁴ Conhecida também como a Grande Depressão, a Crise de 1929 é marcada por uma forte crise econômica nos Estados Unidos que abalou as economias capitalistas pelo mundo, suas consequências permaneceram durante a década de 1930.

⁵ A Constituição de 1934 estabelece a necessidade de um Plano Nacional de Educação, entre outros objetivos podemos ressaltar como grande avanço para a educação: a gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar.

estabelecendo que 25% dos recursos repassados pela União aos Estados à educação se destinam na educação de adolescentes e adultos.

Somente nas décadas de 1940 e 1950 que a educação de jovens, adultos e idosos volta a ser considerado uma prioridade necessária ao desenvolvimento do país. Após a Segunda Guerra mundial, a educação para EJA no Brasil retoma as vias democráticas com o fim da Ditadura de Vargas em 1945. Nessa mesma data ocorre a criação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), cobrando e recomendando a implantação de políticas públicas voltadas ao acesso à educação. Durante a década de 40, a educação de jovens, adultos e idosos estava em foco, a Lei Orgânica do Ensino Primário em 1946 previa o ensino supletivo. Em 1947 com a criação do SEA (Serviço de Educação de Adultos), voltado a reorientar e coordenar os trabalhos dos planos anuais do ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos, tendo seus trabalhos realizados até fins da década de 1950. Devido ao grande número de analfabetos no país, no ano de 1947 o governo federal, através do Ministério da Educação e Saúde, lança a Campanha de Educação de Adultos:

Pretendia-se, numa primeira etapa, uma ação extensiva que previa a alfabetização em três meses, e mais a condensação do curso primário em dois períodos de sete meses. Depois, seguiria uma etapa de “ação em profundidade”, voltada à capacitação profissional e ao desenvolvimento comunitário. Nos primeiros anos, sob a direção do professor Lourenço Filho, a campanha conseguiu resultados significativos, articulando e ampliando os serviços já existentes e estendendo-os às diversas regiões do país. Num curto período de tempo, foram criadas várias escolas supletivas, mobilizando esforços das diversas esferas administrativas, de profissionais e voluntários. O clima de entusiasmo começou a diminuir na década de 50; iniciativas voltadas à ação comunitária em zonas rurais não tiveram o mesmo sucesso e a campanha se extinguiu antes do final da década. Ainda assim, sobreviveu a rede de ensino supletivo por meio dela implantada, assumida pelos estados e municípios. (Proposta Curricular, RIBEIRO, 2001. p. 20)

Os programas implementados entre as décadas de 1940 e 1950 estavam preocupados em formar o máximo de pessoas, recebendo em muitos casos jovens e adultos a mesma educação empregada na educação de crianças.

Essa prática de alfabetização foi muito criticada principalmente pela precariedade de estrutura e pelo pouco tempo destinado à alfabetização. Resultados negativos nas zonas rurais colaboraram para o fim da campanha no final da década de 1950, necessitando assim de uma nova prática:

Denunciava-se o caráter superficial do aprendizado que se efetivava no curto período da alfabetização, a inadequação do método para a população adulta e para as diferentes regiões do país. Todas essas críticas convergiram para uma nova visão sobre o problema do analfabetismo e para a consolidação de um novo paradigma pedagógico para a educação

de adultos, cuja referência principal foi o educador pernambucano Paulo Freire. (Proposta Curricular, RIBEIRO, 2001. p. 22)

Com a criação da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) em 1952, sendo elaborada no intuito de atender as populações que viviam no meio rural. Os educadores sentiam a necessidade de romper com os preconceitos que envolviam as pessoas analfabetas.

Surge então uma nova prática pedagógica para alfabetização baseada nas teorias de Paulo Freire, reconhecido como um dos maiores pedagogos do século XX. A pedagogia freiriana se diferenciava das demais, ligava educação/alfabetização com a problemática social, e estabelecia um compromisso com a educação de massa. Freire propôs um método politizado onde a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Chama a atenção de que o desenvolvimento educativo deve acontecer contextualizado às necessidades essenciais das pessoas educadas. Entre as décadas de 1950 e 1960, foram marcados por uma grande mobilização social em torno da educação de adultos. Programas influenciados pela pedagogia freiriana, tais como: Movimento de Cultura Popular do Recife (1961), Centros Populares de Cultura (UNE), Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler (Prefeitura de Natal). Identificavam o analfabetismo “não como a causa da situação de pobreza, mas como efeito de uma sociedade injusta e não-igualitária” (STEPHANOU; BASTOS (orgs), 2005, p. 269).

A pedido de Darcy Ribeiro em 1963, Paulo Freire concebeu juntamente com a Comissão de Cultura Popular, o novo Programa de Alfabetização para Jovens e Adultos, com a implantação em âmbito nacional de novos sistemas educacionais voltados as camadas populares, de modo a levar para áreas distantes os benefícios da educação, sendo interrompido seus trabalhos pelo golpe civil-militar (1964-1985), pois a sua proposta defendia uma educação conscientizada e politizada, que obrigou a se exilar na Bolívia.

Os programas que visavam à constituição de uma transformação social foram abruptamente interrompidos com apreensão de materiais, detenção e exílio de seus dirigentes. Retoma-se, nessa época, a educação como modo de homogeneização e controle das pessoas. O regime ditatorial civil-militar então criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), em 1967. O programa foi destinado a atender a população de 15 a 30 anos, com o objetivo de instruir os jovens à leitura, à escrita e o cálculo, com o objetivo de alfabetizar funcionalmente e promover uma educação continuada. Com esse programa a alfabetização ficou restrita à apreensão da habilidade de ler e escrever, sem haver a compreensão contextualizada dos signos. Com a promulgação da lei 5692/71, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Educação de jovens, adultos e idosos recebeu um capítulo exclusivo intitulado como Ensino Supletivo. No seu artigo 24, estabelecia a função do supletivo: “suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham

conseguido ou concluído na idade própria”. Configurava-se assim, o sentido político do Mobral, que procurava responsabilizar o indivíduo de sua situação desconsiderando-o do seu papel de sujeito produtor de cultura, sendo identificado como uma “pessoa vazia sem conhecimento, a ser ‘socializada’ pelos programas do Mobral” (MEDEIROS, 1999, p. 189).

Com o Mobral ficou restabelecida a idéia de que as pessoas que não eram alfabetizadas eram responsáveis por sua situação de analfabetismo, conseqüentemente responsáveis também pela situação de subdesenvolvimento do Brasil. O slogan do Mobral era: “você também é responsável, então me ensine a escrever, eu tenho a minha mão domável” (STEPHANOU; BASTOS (orgs), 2005, p. 270).

Na segunda metade da década de 1980, a efervescência política gerada pelo processo de redemocratização do Brasil laborou para o fim do regime ditatorial civil-militar. A participação popular estava presente em movimentos civis de reivindicação para eleições diretas, movimento conhecido como as Diretas Já. O MOBREAL foi substituído em 1985 pela Fundação Educar, cujo papel era de supervisionar e acompanhar, junto às instituições, o investimento dos recursos transferidos para a execução de seus programas, sendo também extinta em 1990, devido à contenção de gastos públicos no Governo de Fernando Collor.

A partir daí então, começou a ausência do governo federal nos projetos de alfabetização. Os municípios passam a assumir a função da educação de jovens, adultos e idosos. Paralelamente, foram feitas muitas experiências de universidades, movimentos sociais e organizações não-governamentais em relação à Educação de jovens, adultos e idosos. Descobertas nas áreas da linguística, psicologia e da educação, que contribuíram para a criação de novos métodos de alfabetização.

Com o advento da constituição de 1988, temos a garantia constitucional de acesso a todas as pessoas à educação a erradicação do analfabetismo e manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, determinando que o Plano Nacional de Educação seja elaborado em concordância com a Declaração Mundial de Educação para Todos. A LDB constituiu a Educação de jovens, adultos e idosos como modalidade de ensino, através da resolução CNB/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de jovens, adultos e idosos. Ressalta-se ainda o direito a jovens e adultos à educação adequada às suas necessidades peculiares de estudo, e ao poder público fica o dever de oferecer esta educação de forma gratuita a partir de cursos e exames supletivos. Assim temos a primeira explicitação legal dos direitos dos cidadãos que não foram escolarizados na idade ideal, como destaca Oliveira (2007, p. 4):

O inciso I do artigo 208 indica que o Ensino Fundamental passa a ser obrigatório e gratuito, “assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. Em seu artigo 214, a Carta Magna indica também a que legislação “estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à • I – erradicação do analfabetismo, • II – universalização do atendimento escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil, a LDB 9394/96 com o objetivo de promover a igualdade de acesso e a permanência do estudante na escola, adota diversas concepções pedagógicas que valorizam o (a) educando (a) de forma subjetiva. Essa mesma lei considera a EJA uma modalidade de ensino. O conselho Nacional de Educação CNE, por meio do parecer nº11, (2000, p.5) reconhece a EJA como uma:

Dívida social não reparada para com os que tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais na escola ou fora dela, e tenha sido a força do trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado desse acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea. Esta observação faz lembrar que a ausência da escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto ou “vacionado” apenas para tarefas e funções desqualificadas” nos segmentos de mercado.

Em 2003, o governo federal lançou o Programa Brasil Alfabetizado, que no início tinha característica de mais uma campanha, com ênfase no trabalho voluntário, prevendo erradicar o analfabetismo em 4 anos, estabeleceu uma atuação sobre 20 milhões de pessoas. No entanto, em 2004, com mudanças no Ministério da Educação, o programa foi reformulado, retirando-se a meta de erradicar o analfabetismo de 4 anos e a duração dos projetos de alfabetização foi ampliada para 8 meses.

Em 2004 a EJA volta para a responsabilidade do Governo Federal e é criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação (SECAD/MEC), hoje (SECADI/MEC), responsável pela coordenação e pelo gerenciamento do Programa em todo o País.

Novas e antigas demandas da EJA ainda permanecem: há necessidade de melhores mecanismos articuladores entre as políticas educacionais em nível do governo federal, dos Estados e dos municípios, a insuficiência do tempo destinado à alfabetização, o frágil desenvolvimento da leitura e da escrita e a questão da formação do educador e as péssimas condições estruturais das escolas. Agora veremos a evolução da história do ensino de história no Brasil.

4.2 APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA

Ao longo da história do Brasil, o ensino de História esteve baseado na memorização de datas e biografias de heróis e vilões, resumindo em uma experiência enfadonha, de mera repetição de fatos históricos, pressupondo que o professor fosse detentor de toda a sabedoria.

Nadai (1993) e outros historiadores, afirma como marco institucional da disciplina de história foi a sua inserção como disciplina no conteúdo curricular do Colégio D. Pedro II, através do Regulamento de 1838. Esse período foi marcado pela forte influência das concepções européias da história, fazendo da história da Europa Ocidental apresentada como a História da Civilização.

A História pátria surgia como seu apêndice, sem um corpo autônomo e ocupando papel extremamente secundário.
Relegada aos anos finais dos ginásios, com número ínfimo de aulas, sem uma estrutura própria, consistia em um repositório de biografias de homens ilustres, de datas e de batalhas (Nadai, 1993, p. 146).

O processo de expansão do ensino de história no Brasil decorreu a partir da segunda metade do século XIX, sendo consolidado junto com o Estado Nacional recém-criado, usado os conhecimentos históricos nos debates entre conservadores e liberais, abolicionistas e escravistas, republicanos e monarquistas. Desta maneira o ensino de história foi se constituindo como instrumento para a formação da identidade nacional, após a proclamação da República em 1889, a relevância do ensino de História elevava a patamares mais significantes para o Estado, principalmente na formação de um tipo de cidadão:

Se atentarmos para as questões postas pelos programas, currículos, materiais de ensino e pelas produções didáticas, a História, enquanto disciplina educativa, ocupou, nas suas origens, não só no Estado de São Paulo mas em todas as escolas secundárias e primárias (oficiais e particulares) que foram sendo implantadas pelo território nacional um lugar específico, que pode ser sintetizado nas representações que procuravam expressar as idéias de nação e de cidadão embasadas na identidade comum de seus variados grupos étnicos e classes sociais constitutivos da nacionalidade brasileira. (Nadai, 1993, p. 149)

Esse modelo de História continuou sendo referência nos programas curriculares mesmo após a Proclamação da República. Porém algumas escolas foram sistematicamente incluindo a história nacional em seus programas.

Segundo BITTECOURT (2004) o percurso da disciplina de História ao longo do século XIX, esteve marcado pela posse dos estudos historiográficos pelos membros da elite letrada brasileira, utilizando como produto ideológico de dominação das massas que estavam na

busca de sua cidadania. O estudo da disciplina baseava-se no método de memorização das imagens, dos mitos e dos heróis da história brasileira.

No transcorrer da década de 1930 segundo (MENDES, 1935, p. 41), os sentimentos, entre adolescentes e adultos sobre a disciplina de história nas salas de aula:

Nossos adolescentes também detestam a História. Voltam-lhe ódio entranhado e dela se vingam sempre que podem, ou decorando o mínimo de conhecimentos que o 'ponto' exige ou se valendo levemente da 'cola' para passar nos exames. Demos ampla absolvição à juventude. A história como lhes é ensinada é, realmente, odiosa.

Esse sentimento provocou a tentativa de renovação pedagógica do ensino, apontando para as sugestões de procedimentos que o professor deveria realizar para motivar o estudante. Para SCHMIDT (2012, p.79), no ensino de história foram valorizados alguns aspectos, como:

A necessidade da relação dos conteúdos com o presente; a utilização do método biográfico (vida de grandes homens, heróis e condutores de homens, estudados somente a partir de sua inserção nos contextos da sociedade em que viveram), o privilegiamento dos fatos econômicos, além da valorização dos aspectos éticos.

Segundo SCHMIDT (2012, p.79), com o advento da Revolução de 1930 surge novas demandas sociais, na defesa da educação para a formação do cidadão e o desenvolvimento do país. Entre as várias propostas dos revolucionários estavam:

A necessidade da difusão da escola, principalmente a escola pública; a formação profissional dos novos mestres e a renovação pedagógica. Este tripé, difusão da escola, formação de professores e renovação pedagógica, em função das demandas nacionais, embasa e estimula a produção e difusão de elementos constitutivos de uma cultura escolar, como os manuais didáticos para alunos e manuais de didática da História destinados à formação renovada de professores. Essas publicações destinadas a professores consolidar-se-ão como documentos importantes para orientação das práticas pedagógicas escolares, de modo geral, e de História, em particular.

Pós-Revolução de 1930 concretizou a institucionalização de alguns projetos de reformas educacionais, como a reforma Francisco Campos em 1931.

A revolução de 30 colocou fim ao regime federativo criado pela Constituição de 1891 e o poder político passou a ser centralizado pelo governo federal. Alegando a necessidade de substituir as antiquadas instituições políticas brasileiras, Getúlio Vargas prometia a modernização do país mediante a reformulação do seu modelo econômico e jurídico político. Nesse contexto, a reforma Francisco Campos pode ser vista como "fator de coesão nacional" e "a História era tida como disciplina que, por excelência, formava os estudantes para o exercício da cidadania e seus programas incorporavam essa concepção. (Abud, 1993, p. 165).

A reforma Francisco Campos apresentava os objetivos e as técnicas necessárias, para desenvolver o programa, as instruções metodológicas para o ensino de história, e quais os aspectos deveriam ser enfatizados. Segundo Abud (1993):

O fato que primeiramente salta à vista é a concepção de História como conhecimento produzido e como disciplina escolar. A História é concebida como um produto acabado, positivo, que tem na escola uma função pragmática e utilitária, na medida em que ela serve à educação política e à familiarização com os problemas que o desenvolvimento impõe ao Brasil. (Abud, 1993, p. 166)

A consolidação da História como disciplina escolar obrigatória para todas as escolas, tendo como precursores deste movimento a Escola Nova no Brasil⁶, da ênfase na renovação metodológica tomando o caminho da construção de um ensino voltado ao cidadão mais crítico.

Algumas leis tiveram forte apelo à pedagogia da Escola Nova, podemos destaca a Lei Orgânica do Ensino Secundário em 1942, também conhecida como reforma Gustavo Capanema, dentro de suas propostas estava a defesa da autonomia didática do professor, a ênfase nos conteúdos específicos da História, como componentes curriculares obrigatórios, a portaria n. 1.045, de 1951, desta reforma enfatiza a valorização do presente e partir dele chegar ao passado, desenvolver um ensino intuitivo e crítico, focalizar os indivíduos como expressões do meio social, desenvolver os processos de fixação, investigação e outros, abrangendo esquemas, formas de representação, literatura, exame, discussão, e também onde os julgamentos de valores eram recomendados.

A partir da Lei 4024/61 de 20/12/1961 que trata sobre as Diretrizes e Bases da Educação (LDB), fixaram regulamentos sobre o ensino superior e a escola média, oficializando o ensino de Estudos Sociais, e relegando a disciplina de História somente ao segundo grau, hoje, ensino médio.

Acreditava-se que a adoção de Estudos Sociais deveria desenvolver nos alunos noções de espaço e tempo a partir dos estudos da escola, do bairro, da casa, da rua, para ir se ampliando, chegando ao estudo da cidade, do estado e assim por diante. Ainda eram reforçadas pelo ensino de Estudos Sociais, noções como: pátria, nação, igualdade, liberdade, bem como a valorização dos heróis nacionais dentro de uma ótica que tentava legitimar, pelo controle do ensino, a política do Estado e da classe dominante, anulando a liberdade de formação e de pensamento. (Urban, 2011, p. 10).

⁶A Escola Nova foi um movimento de renovação do ensino, tendo uma atuação especialmente na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil especialmente a partir da década de 1920.

A volta do ensino de História nas escolas ocorreu através de um grande movimento de resistência entre o período de 1964 até 1984, momento histórico em que professores e profissionais da educação foram objetos de perseguições e censuras.

Durante a criação e mudanças dessas leis, a concepção e os conteúdos de História continuavam atrelados às formas tradicionais. Somente na década de 1980, começou a debater a forma como a História era ensinada nas escolas e nas universidades e a "combater a proposta de Estudos Sociais, identificada com os interesses e a ideologia dos representantes da ditadura civil militar brasileira". De acordo com Schmidt e Cainelli, esses debates trouxeram a:

Perspectiva de recolocar professores e alunos como sujeitos da história, enfrentando a forma tradicional de ensino trabalhada na maioria das escolas brasileiras, a qual era centrada na figura do professor como transmissor e na do aluno como receptor passivo do conhecimento histórico.

Schmidt e Cainelli delimitaram essas transformações em três fases características, conforme o quadro abaixo.

As transformações do ensino da História no Brasil			
	Ensino tradicional	Ensino de Estudos Sociais	Tendências atuais
Visão da ciência	Preocupação com o estudo dos fatos, neutralidade do historiador e da explicação histórica. Ênfase na história dos fatos políticos e na história como produto da ação de indivíduos, de heróis. História considerada como ciência que estuda exclusivamente o passado.	Interdisciplinaridade das ciências sociais (História, Geografia, Antropologia e Sociologia). Predomínio do ensino de Estudos Sociais. Estudo das sociedades no transcorrer do tempo como objetivo do ensino.	História como história de todos os homens, e não somente de heróis. Inclusão de novas contribuições historiográficas: história econômica, cultural e social. Análise do fato histórico substituída por outras possibilidades, como análise do processo histórico e da experiência dos sujeitos da história. Incorporação dos novos temas e objetos da História, como a história das mulheres, a das crianças e a dos movimentos sociais.
Função do ensino	Estudo das origens, da genealogia das nações. Objetivo de formar o cidadão para a pátria e construir identidades nacionais. Estudo dos legados, principalmente daqueles da civilização européia. Compreensão da nação brasileira como fruto da integração entre três raças: branca, índia e negra.	Integração do educando em um meio cada vez mais amplo. Estudo da história do presente, evitando o estudo do passado pelo passado. Formação de cidadãos para a sociedade em desenvolvimento, democrática e industrial.	Contribuição para a construção da cidadania. Desenvolvimento de raciocínios historicamente corretos. Aquisição de capacidade de análise da relação presente-passado. Apreensão da pluralidade de memórias, e não somente da memória nacional. Preocupação com as finalidades do ensino da História no mundo contemporâneo.

Relação professor x aluno	Professor como transmissor do saber histórico verdadeiro, pronto e acabado. Aluno como receptor passivo do conhecimento histórico transmitido pelo professor.	Aluno como centro do ensino. Professor como facilitador da aprendizagem. Relação baseada na vigilância do aluno pelo professor.	Importância do domínio do conteúdo específico pelo professor, que deve ser comprometido com o aluno e mediador entre este e o conhecimento histórico. Professor como responsável pela intermediação entre o aluno e o percurso para produção do conhecimento histórico. Aluno como sujeito de seu próprio conhecimento e do conhecimento histórico.
Conteúdo	Organização de forma linear, cronológica, baseada principalmente na periodização política e baseada em fontes escritas. História narrativa e descritiva. Conteúdos selecionados com base em visões "oficiais" da História. Valorização das datas comemorativas.	Fragilização do conteúdo específico da História. Valorização da aprendizagem baseada no desenvolvimento de atividades. Livros didáticos em que predominam ilustrações. Simplificação do conhecimento histórico. Currículos organizados em "círculos concêntricos": família, escola, bairro, cidade, país e mundo.	Recuperação da historicidade do conhecimento histórico. Conteúdo histórico como produto do saber-fazer específico. Novas possibilidades de organização curricular para o ensino da História, como a história temática e o ensino por conceitos. Valorização do conteúdo e de visões plurais e críticas da História. Incorporação de novas produções de historiadores.
Método	Formal e abstrato, sem relação com a vida do aluno. Conteúdos e métodos sem o objetivo de desenvolver a criticidade. Predomínio do "ponto" (texto sobre determinado conteúdo), questionário, testes de múltipla escolha e exercícios com lacunas a serem completadas.	Baseado no ensino por atividade. Ênfase na pesquisa e no trabalho em grupos.	Tem como referência a própria ciência. Recuperação do método da História em sala de aula. Preocupação com a transposição didática: relação entre saber científico, saber a ser ensinado, saber ensinado, saber aprendido e prática social. Valorização do uso de documento histórico em sala de aula. Incorporação de novas linguagens e tecnologias no ensino da História, como análise de filmes e uso da informática.
Avaliação	Avaliação centrada no professor. Avaliação de resultados, do produto da aprendizagem, baseada na memorização de informações transmitidas pelo professor. Avaliação classificatória.	Baseada em objetivos previamente propostos. Avaliação do processo, e não do conteúdo.	Diagnóstica, processual, formativa. Busca o crescimento do aluno, e não sua classificação e exclusão.

Quadro 2 – As transformações do ensino de história no Brasil
Fonte: SCHMIDT. CAINELLI, 2004, p. 15.

As tendências atuais apontam para uma visão da disciplina de História como capaz de formar o cidadão e desenvolver outras atribuições.

O ensino de história na EJA permanece em grande parte concentrado em um universo acrítico, sem explorar o mundo exterior, em muitas das vezes sendo reforçado pelas velhas

práticas do professor como o emissor do conhecimento e o estudante como receptor deste conhecimento. Uma educação que não traz a reflexão sobre a realidade do (a) educando (a). Paulo Freire denominava de educação bancária, pois ao silenciar as questões que envolvem justiça social e políticas públicas que cercam a escola, limita a formação cidadã do (a) educando (a).

Neste processo de retomada do percurso escolar, devemos ter o foco voltado à formação crítica do sujeito, que por meio da interação entre o conteúdo e a sua realidade possibilita novas visões de mundo advindas desse processo dialógico.

FREIRE (1987, p. 28 - 30) também defende como forma de superar esse modelo de educação bancária, a libertação frente ao currículo burguês, transformando o ensino em um processo dialético, despertando a tomada de consciência pelos (as) estudantes, concomitantemente à libertação dos docentes do pragmatismo curricular imposto pelo opressor ao oprimido, através da valorização da bagagem histórico cultural do sujeito da EJA.

4.3 O USO DO BLOG COMO RECURSO PEDAGÓGICO NO ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS

Quanto às dificuldades do ensino de história na EJA, começo estabelecendo os norteadores para o Projeto de Intervenção Local do Centro de Ensino Fundamental 04 de Sobradinho, em Sobradinho I: abordando o ensino de história de forma a cativar a curiosidade pelo conhecimento dos acontecimentos passados, buscando a reflexão coletiva sobre o presente. A liberdade legitimada pelo ensino de história, permitir a participação do sujeito sócio-histórico-cultural na construção de sentido que o leve a refletir sobre as próprias condições de vida e a superar as adversidades, que possibilite ao estudante enxergar as contradições da sociedade em que está inserido.

Nesse cenário de muitas vozes, muitos olhares e muitos problemas a serem superados, o Projeto de intervenção Local será orientado com o intuito de melhorar as abordagens do ensino de História em sala de aula protagonizando os sujeitos da educação de jovens, adultos e idosos. Nessa perspectiva de ruptura, um blog de história apresenta-se como um espaço no qual, será apresentado toda a produção do conhecimento, sendo visível e coletivo, direcionado para a construção da emancipação dos estudantes trabalhadores produtores de história.

A rápida evolução de novas tecnológicas de informação e comunicação (NTIC) ocasionam transformações e novas possibilidades nas escolas e na sociedade.

Conforme Silveira (2003, p10), “o impacto dessas tecnologias está proporcionando o incremento das novas práticas comunicativas de forma a que se chegue a pensar no advento de uma nova estrutura de sociedade, a Sociedade da Informação”.

Sobre a presença da tecnologia em nossa cultura, Vieira e Vela (2003, p. 41) salientam que “hoje seria quase impossível viver sem ela. A vida das pessoas é influenciada pelos meios de comunicação e pelos recursos tecnológicos que facilitam a assimilação da grande quantidade de informações que nos cerca”.

“Com o século XXI, estamos vivendo o fortalecimento da comunicação digital, que tem tido participação cada vez mais abrangente na vida das pessoas de todas as idades”. (LEITE, 2008, p. 64)

A educação está sendo beneficiada cada vez mais, por novas construções do conhecimento e relações de ensino e aprendizagem, dentre as variadas possibilidades estão as ferramentas da chamada Web 2.0⁷, entre as suas várias aplicações o seu potencial pedagógico pode ser destacado, por ser de uso livre, de fácil utilização e por não exigir do usuário um avançado conhecimento tecnológico.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9394/96, em seu parágrafo 1º do artigo 36, salienta a importância das Novas Tecnologias Informação e Comunicação na Educação ao estabelece que o educando demonstre:

- I – O domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna.
- II – Conhecimentos das formas contemporâneas de linguagem (BRASIL, 1996)

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) também fazem referência ao uso de tecnologias para subsidiar o processo ensino – aprendizagem. Segundo documento, os (as) estudantes devem “saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos”.

Estimulando “a experimentação, reflexão e geração de conhecimentos individuais e coletivos, favorecendo a construção de um ciberespaço de interatividade que contribui para criar um espaço de aprendizagem coletiva” (Carvalho, 2008, p.6). Sendo assim, a utilização pelos (as) estudantes do *blog de história* pode contribuir para a construção de um espaço de aprendizagem colaborativa.

Além da melhora na expansão do acesso pela sociedade e qualitativa melhora dos serviços de internet, ocorreram também mudanças em nível social e cultural na sociedade.

A Web 2.0 é a rede no tempo de uma Sociedade da Autoria, onde cada internauta se torna, além de (co)autor ou (co)produtor, distribuidor de conteúdo, compartilhando a sua produção com os demais indivíduos imersos em uma cibercultura. O internauta deixa de ser apenas um leitor isolado ou tão-somente um coletor de informações. Ele agora passa a

⁷É uma evolução da estrutura da internet que tem como característica principal os canais colaborativos, nos quais os usuários podem ser emissores e receptores, alimentando a interatividade e a socialização, ao contrário do que pregava a Web 1.0, onde a estrutura da internet era estática.

colaborar na criação de grandes repositórios de informações, torna-se também semeador e contribuindo para que uma riqueza cognitiva se estabeleça e se expanda em um espaço cujo acesso é amplo, em tese possível a todos. (MARINHO et al, 2009, p.9).

Os primeiros *blogs* surgem no final da década de 1990, utilizados como diário virtual, permitindo um compartilhamento de pensamentos, relatos e reflexões pessoais. Popularizaram-se de forma viral pela internet como meio de comunicação virtual, sua facilidade na criação e na manutenção dispensam conhecimentos de linguagem de programação. Sendo acessível, sendo permitido a hospedagem gratuita em alguns provedores, como o Blogger, desenvolvido pela multinacional em serviços para a internet, Google.

O *blog* é um dos serviços que melhor exemplificam a Web 2.0, apresentando um caráter dinâmico e de interação, a atualização das informações é rápida, a partir de acréscimos dos chamados artigos, quanto aos assuntos, podem ser temáticos ou genéricos.

Fonseca e Lindemann (2007, p.88) descrevem o *blog* como uma ferramenta advinda da chamada Web 2.0, tida como uma evolução da estrutura da internet que visa uma ampla participação dos usuários da rede por meio de canais colaborativos, nos quais eles podem atuar como partícipe do conteúdo, estimulando a criatividade, autonomia e a socialização. Ampliando as possibilidades ao professor e ao estudante em superar o modelo tradicional de ensino, tornando-se também produtor de conteúdo, democratizando as manifestações e as opiniões sobre determinado assunto. É a capacidade de superação do modelo tradicional de transmissão de informação “emissor-meio-mensagem-receptor”.

Oliveira (1998, p.2) afirma que com o uso do blog na produção do conhecimento no ciberespaço ocorrer sem fronteiras, o sujeito-aprendiz consegue edificar o saber em tempo real e o professor, como parceiro, tem a oportunidade de construir o saber junto com o estudante. Trata-se de um recurso oferecido pelas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC), que se beneficia desses fundamentos teóricos. “O emprego das NTIC na educação possibilita a criação de ambientes novos com estruturas flexíveis, abertas, integrando várias mídias, possibilitando a interação entre os participantes do processo”.

Os *blogs* se consolidaram como importantes veículos disseminadores de idéias e opiniões, além de se prestar a expor temas e registrar experiências como um diário, só que em ambiente virtual, como afirma Silva Filho (2006).

Um blog é uma espécie de diário eletrônico interativo através do qual pessoas podem expor suas idéias e comunicar suas opiniões pela web. Atualmente, o blog constitui mais uma ferramenta de informação e comunicação. Ele já é considerado um novo paradigma de aquisição e disseminação de informação, servindo como alternativa a mídia tradicional. Além disso, é uma ferramenta interativa ao permitir comentários e a interação entre aqueles que comentam, tornando-se assim numa “rede

social”, uma blogosfera, onde esforços colaborativos interagem, aumentando o efeito da rede.

Para Pierre Lévy (1999, p.11), o *blog* designa o universo das redes digitais, um espaço no qual “todo elemento de informação encontra-se em contato virtual com todos e com cada um”. Entende-se o *blog* como um espaço eletrônico, onde se trabalham com dados, informações e memória coletiva. Um local onde a interação e a comunicação entre as pessoas e grupos são agilizadas, independentes do tempo e do espaço.

No *blog* existem espaços para a escrita das postagens (ou posts), que são mensagens de texto que podem ter imagens, vídeos e hiperlinks. O leitor encontra um espaço para os comentários sobre a postagem, estabelecendo um diálogo com o autor, discordando ou acrescentando fatos relevantes à discussão.

Segundo PRIMO (2006, p. 5), no *blog* existe uma série de recursos que facilitam a conversação entre os usuários, sendo um dos mais importantes os comentários:

Normalmente, abaixo de cada post é exibido um link que abre a janela de comentários. Esse link apresenta o número de comentários já publicados até o momento, o que facilita o acompanhamento da conversação. Na janela que se abre, os comentários são apresentados em ordem cronológica.

Dentro da estrutura do *blog* existem também os permalink, recurso para que cada postagem tenha o seu próprio link. Outro recurso importante é blogroll, que interconecta blogs com grande fluxo de comentários e que compartilham geralmente os mesmos leitores, podem ser considerados como uma lista de favoritos ou uma lista de recomendações do *blog*, podendo assim contribuir para a formação de uma comunidade.

Conforme Gutierrez (2005, p. 3) na sua forma mais comum, os *blogs* possuem:

Relatos pessoais, partindo de um ponto de vista próprio; estrutura hipertextual; textos curtos e postados em blocos padronizados; blocos de texto ou posts organizados em ordem cronológica reversa; blocos de texto possuem um link permanente de acesso; acesso público e gratuito ao conteúdo da página; comentários enriquecedores; atualizados frequentemente; postagens mais antigas arquivadas e que permanecem à disposição do usuário, Intertextualidade e interdependência com outros textos.

Diante dessas vantagens, o blog desponta como mais um aliado ao processo ensino aprendizagem, podendo ter diferentes características, como especifica Gomes (2005, p. 311).

Há blogs criados e dinamizados por professores ou alunos individuais, há blogs de autoria coletiva, de professores e alunos, há blogs focalizados em temáticas de disciplinas específicas e outros que procuram alcançar uma dimensão transdisciplinar. Há blogs que se constituem com portfólios digitais do trabalho escolar realizado e blogs que funcionam como espaço

de representação e presença na web de escolas, departamentos ou associações de estudantes.

Leite (2008, p. 72), situa os profissionais de educação, na difícil tarefa de atender às necessidades individuais e sociais da contemporaneidade considerando:

A introdução de uma nova tecnologia deve ser provocada, em suas origens, pela necessidade constatada de uma real mudança no processo educacional, ou seja, a necessidade da reconstrução do processo educacional, deve ser a causa, não a consequência, da introdução dos recursos informatizados na escola. Partindo dessa constatação, deve ser feita uma mobilização entre os profissionais da educação, para uma utilização consciente e eficaz de novos recursos tecnológicos, e isto é um processo que necessita de discussões, reflexões e amadurecimento das idéias discutidas. (VIEIRA; VELA, 2003, p. 47-48).

Percebe-se a amplitude de possibilidades e estratégias pedagógicas que os blogs podem prestar na esfera educacional. “O leque de explorações e o número de professores e estudantes envolvidos não para de aumentar. A blogosfera educacional é cada vez mais transversal aos diferentes níveis de ensino, da pré-escola ao ensino superior” (GOMES, 2005, p. 311).

Além de um canal de troca de informações, opiniões e reflexões, um blog pode trazer um enriquecimento também em nível humano. “Contribuindo para a aproximação entre professor e estudantes e mesmo entre os próprios estudantes, o que inevitavelmente contribuirá para a melhoria do ensino. (BALTAZAR, AGUADED, 2006, p. 6).

Num cenário educacional imbuído por inúmeras práticas educativas para a educação de jovens, adultos e idosos, aquelas que apostam no uso de tecnologias ganham prestígio e reconhecimento por estarem condizentes com a evolução social e promoverem o aprimoramento do conhecimento, como recurso facilitador/mediador da aprendizagem.

Oportunizar o emprego de um *blog* de História, na esfera da EJA, é permitir a ampliação de contextos interativos é criar espaços que desenvolvam habilidades e possam construir uma trajetória de projetos e experiências próprias de um grupo ou indivíduo.

Segundo Gomes (2005, p. 313):

A criação e dinamização de um blog com intuítos educacionais pode, e deve ser um pretexto para o desenvolvimento de múltiplas competências. O desenvolvimento das competências associadas à pesquisa e seleção de informações, à produção de textos escrito, ao domínio de diversos serviços e ferramentas da web são algumas das mais valias associadas a muitos projetos de criação de blogs em contextos escolares.

Segundo Gomes (2005, p.315), com a crescente divulgação de perspectivas e experiências práticas da sua utilização, pressupõe-se que o *blog* não seja uma “moda passageira”, mas um novo recurso que pode suportar diversas estratégias de ensino-aprendizagem.

A esse respeito, Bezerra (2008, p. 10) assinala que:

As experiências com blogs educacionais no Brasil vêm sendo realizadas por instituições de ensino e pesquisa e por professores visando os seguintes objetivos: discutir sobre as inserções das novas tecnologias no ambiente educacional; criar espaço para desenvolver atividades disciplinares com seus alunos; capacitar professores a trabalharem com as possibilidades da internet, entre outros.

O Blog de História pode se transformar em um recurso de compartilhamento de informações e de conhecimentos de toda ordem. Passando a ser usado com frequência como ferramenta no auxílio do fazer pedagógico pelo professor. Utilizando o *blog* de forma planejada e sistemática, ele passa a atrair e incentivar os (as) estudantes, sendo possível desta forma contribuir para a diminuição nas interrupções dos percursos escolares dos (as) estudantes jovens e adultos trabalhadores da EJA.

Segundo Von Staa (s.d.), o *blog* é um recurso didático que “oferece muito mais interação do que um site comum, pois permite que cada texto publicado seja comentado”. Por tratar-se de um espaço que propicia ao professor a exploração de uma nova maneira de se comunicar com os (as) estudantes, a autora ressalta sete motivos para um professor criar um *blog*: “é divertido; aproxima professor e estudantes; permite refletir sobre os seus posts; liga o professor ao mundo; amplia a aula; permite trocar experiências com os colegas e torna o trabalho visível.”

Pode-se acrescentar que, como recurso pedagógico, o *blog* pode ser também um espaço de registro e divulgação de projetos. E, como estratégia pedagógica, o *blog* passa ser um recurso para trabalhar os eixos integradores do Currículo em Movimento da Educação de jovens, adultos e idosos, espaço de auto avaliação e da avaliação formativa. Uma alternativa a mais para a integração e interação entre os (as) estudantes da educação de jovens, adultos e idosos, estabelecendo o respeito na diversidade de gênero, étnico-racial e sociocultural, características precípuas do público da Educação de jovens, adultos e idosos.

Um *blog de história* é também uma ótima forma de desenvolver a leitura e a escrita. Pela facilidade de criação e manutenção e a existência de vários serviços gratuitos na internet, colaborando em prol da inclusão digital e favorecendo a quem o utiliza a ter outras experiências no âmbito das ferramentas digitais.

Com o aumento das condições de acesso à internet e a colocação de “banda larga” nas escolas, somados ao aumento do número de famílias com acesso à internet a partir das suas residências, o *blog* com toda facilidade de acesso e criação, passa a ser outro recurso muito positivo para interação entre os estudantes da EJA, professores e a comunidade escolar.

O Blog de História da EJA da 8º Etapa do 2º Segmento será coletivo e temático, atraindo os estudantes através dos interesses em comum pela disciplina será facilitado pelo uso da tecnologia. Geralmente entre os *blogs de História*, criam-se correntes sobre o mesmo tema (blogroll), possibilitando encontrar dentro do próprio *blog de história*, links que transferem o (a) educando (a), para outros *blogs de história* que abordam a mesma temática, isto é, um único *blog de história* pode estar ligado a outros que abordam o mesmo tema, ou conteúdo, mostrando assim os diversos pontos de vista de usuários criadores.

Usuários criadores do *blog de história* podem ser tanto de quem escreve, como de quem lê e faz um comentário ao que está escrito. Conforme Gomes (2005), o *blog*, como espaço de intercâmbio e colaboração, pode:

Ajudar a diminuir o isolamento de escolas distantes; aumentar as possibilidades de convívio e socialização entre estudantes e professores; servir de suporte para diversos projetos da escola e entre escolas e até identificar problemas ambientais e outros problemas da comunidade.

Nesse sentido, Gomes (2005) afirma que é preciso esclarecer duas distintas formas de utilização dos *blogs* no contexto escolar:

1. Enquanto “recurso pedagógico”, os *blogs* podem ser um espaço de acesso à informação especializada, ou um espaço de disponibilização por parte do professor.
2. Enquanto “estratégia pedagógica”, os *blogs* podem assumir a forma de um portfólio digital, um espaço de intercâmbio e colaboração, um espaço de debate ou um espaço de integração.

O uso do *blog* como ferramenta pedagógica colabora para uma estratégia de ensino inovadora. O uso dessa tecnologia é um desafio aos professores que buscam desenvolverem novos contextos de interação que incentivam estudantes a utilizarem alternativas criativas e estimulantes ao aprendizado.

Permite ao estudante da EJA, perpassar além do simples acesso a informação, proporcionando a sua co-participação na apreensão da informação que foi transmitida. O contexto abordado e o cotidiano são, em geral, organizados de forma cronológica inversa (da última postagem para a primeira), tendo como foco a temática proposta, podendo ser escritos por um número variável de pessoas, de acordo com a política do *blog de história*. Dentro da rotina escolar, no *blog de história* o estudante terá a capacidade de deixar comentários de forma a interagir com os professores, os servidores da limpeza, da merenda, da portaria, da direção escolar, da secretaria, conselho escolar e da comunidade.

Por mais que os (as) estudantes da educação de jovens, adultos e idosos, estejam familiarizados com a tecnologia, o professor não deve negligenciar as necessidades de informação dos (as) estudantes e as instruções iniciais e de acompanhamento, que devem

ser claras: procedimentos, prazos para leituras e entrega de trabalhos, número de intervenções esperadas do (a) estudante. O compromisso e a disciplina são essenciais para evitar a frustração ao perder o ritmo das discussões ou não conseguir entregar os trabalhos no prazo e, conseqüentemente, interferir em sua motivação para a aprendizagem.

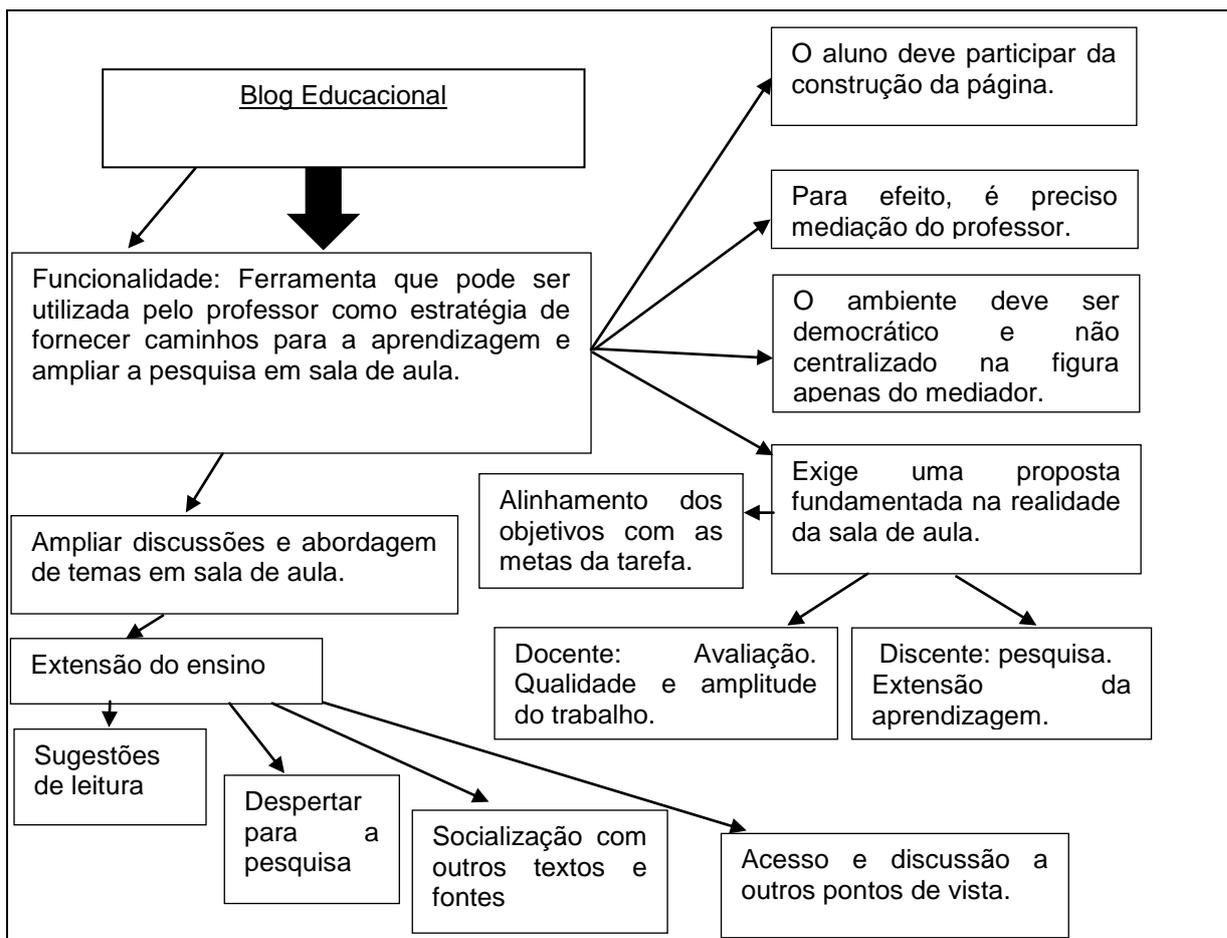
Quando o (a) estudante da EJA encontra ferramentas já conhecidas e acessíveis na internet, fica mais à vontade e motivado (a) a interagir, assim sente interesse em comentar e participar. Além disso, se encontrar o que procura, certamente adicionará o *blog de história* nos favoritos do navegador para retornar em outras ocasiões. A identificação do (a) estudante com objeto de estudo nas postagens buscará gerar interesse, alimentando suas curiosidades sobre os conteúdos publicados.

Bovo (2001, p.57) defende a utilização de novas tecnologias na EJA, justamente por que o computador e o mundo digital fazem parte do cotidiano tanto do trabalho como da sala de aula, podendo atuar como instrumentos facilitadores e motivadores da aprendizagem. Uma das ferramentas digitais que fazem parte desse conjunto de possíveis facilitadores e motivadores da aprendizagem é o *blog*.

Elaborar *post* ou postagens no *blog de história* que desafie a temática da infrequência na EJA faz com que ele se transforme em espaço de possibilidades para o (a) educando (a) expor a sua realidade, criando correntes de solidariedade mútuas que se apóiam.

Outra possibilidade educacional que o blog vem favorecer está em sua busca na elaboração e transformação pedagógica do espaço virtual, que venha incentivar a permanência do (a) estudante em sala de aula.

Como ferramenta educacional, o *blog de história* possibilitará apresentar um projeto, estabelecer um novo espaço para o debate sobre os eixos integradores: trabalho, cultura e tecnologias, podendo também perpassar através dos outros conteúdos de diversas maneiras.



Quadro 3 – Blog Educacional - Fonte: (RODRIGUES 2009, pg.11).

Nesse contexto o professor é o agente responsável por implementar as mudanças que irão reorganizar sua prática pedagógica, promovendo uma inserção de novas tecnologias de informação e comunicação em seu trabalho. Há de partir dele o interesse para não deixar que os (as) estudantes fiquem desprovidos (as) do direito de ter o conhecimento ampliado pelas suas inovações tecnológicas. Como salienta Gómez (1997, p. 102), “o professor intervém num meio ecológico complexo, num cenário psicossocial vivo e mutável, definido pela interação simultânea de múltiplos fatores e condições”.

O emprego de novas tecnologias de comunicação e informação na área educacional, por si só, não é garantia de melhores resultados, pois “para terem uma efetiva atuação positiva no processo educacional, é indispensável que estas inovações tecnológicas venham acompanhadas de uma reflexão, de um estudo de como utilizá-las como ferramentas pedagógicas” (VIEIRA; VELA, 2003, p. 47).

Torna-se impreterível, porém, que o professor na utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, detenha o domínio técnico pedagógico:

A preparação dos docentes de maneira que eles próprios possam vislumbrar as vantagens e utilização destas inovações no ambiente escolar, já que comprovadamente elas, quando bem utilizadas, favorecem o processo ensino-aprendizagem sob diversos aspectos. (VIEIRA; VELA, 2003, p.55).

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Contribuir com a melhoria da aprendizagem e conseqüentemente com a permanência de educandas e educandos jovens, adultos e idosos no percurso escolar, na 8º Etapa do 2º Seguimento da EJA, no Centro de Ensino Fundamental 04 de Sobradinho-DF.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para implementar o objetivo geral do PIL (Projeto Interventivo Local), utilizarei as seguintes iniciativas:

- a) Elaboração de produção de conhecimento de educandas e educandos, na 8º Etapa do 2º seguimento da Educação de jovens, adultos e idosos, tendo como catalisador o desenvolvimento de 1 (um) blog, referente à disciplina História do Centro de Ensino Fundamental 04 de Sobradinho-DF;
- b) Estabelecer, debates e avaliações, com os estudantes, como parte da iniciativa individual e coletiva na transformação de sua história de vida e do contexto de suas relações sociais;
- c) Articulação com professores da 8º Etapa do 2º Segmento da EJA, particularmente, Inglês, Língua Portuguesa e Geografia, a fim de se configurar uma interdisciplinaridade;
- d) Proporcionar via funcionamento do blog, a participação dos educadores do laboratório de informática e da biblioteca, na aprendizagem das (os) estudantes da 8º Etapa do 2º Segmento da EJA do Centro de Ensino Fundamental 04 de Sobradinho – DF.

6 ATIVIDADES/RESPONSABILIDADES

No Projeto de Intervenção Local estão estabelecidos norteadores que pretendem ultrapassar os limites do modelo atual de ensino de História na EJA, algo que colabora em despertar o interesse do (a) estudante pela disciplina, trabalha em prol da superação da interrupção do percurso escolar, como co-participante em sua formação como cidadão (ã).

Os posts no *blog* serão norteados pela interdisciplinaridade, temas associados a geografia e língua portuguesa, sendo um instrumento a ser trabalhado, considerando as práticas dos sujeitos da EJA.

Segundo o Currículo em Movimento da Educação Básica de Jovens e Adultos⁸ (2014, pg.22):

O fazer pedagógico deve ser realizado sob o prisma da cultura, do trabalho e das tecnologias, que são eixo integradores do Currículo em Movimento. Devem dialogar com os demais componentes curriculares, buscando através da interdisciplinaridade romper com o ensino fragmentado e segregado das disciplinas. Ressalta ainda o documento que a EJA está atrelada à ideia de reconhecer os diversos papéis sociais desempenhados pelos seus sujeitos pertencentes a classe trabalhadora.

Portanto a disciplina de História no *blog* seguirá os princípios norteadores do Currículo em Movimento, buscará através das postagens dos estudantes suas intervenções ou compreensões, quanto à lógica na qual a sociedade se organiza. Propondo soluções individuais e/ou coletivas para temas como o aumento da violência, a dificuldade na mobilidade urbana, a corrupção, a precariedade da rede pública de saúde, a repressão policial a liberdade de expressão e protesto, dentre outros, os(as) estudantes realizarão atividades dos componentes curriculares envolvidos, contextualizando Currículo, vida e sociedade.

Como ponto de partida para execução de atividades que respondam a problemática apontada, tem-se que reconhecer a condição dos estudantes como sujeitos trabalhadores, observando sua limitação de tempo para desenvolver atividades fora do ambiente físico escolar. Nessa perspectiva, as atividades serão iniciadas e concluídas no horário previsto para o desenvolvimento em sala de aula, na biblioteca e/ou no laboratório de informática. Sendo facultado aos estudantes o desenvolvimento de outras atividades no *blog*, quando estas não necessitarem de uma mediação presencial do professor para sua execução.

Na primeira etapa do Projeto de Intervenção Local está focado no professor, que deverá escolher textos, vídeos e imagens, que sejam geradoras de expectativas nos estudantes e atendam aos objetivos educacionais do componente curricular. Os textos, vídeos e imagens serão selecionados e trabalhados, observando as nuances de sentidos, a identificação com os estudantes e a sintonia com o Currículo em Movimento.

A próxima etapa deverá ser organizada em grupos, que serão distribuídos conforme os temas histórico-sociais a serem trabalhados naquele semestre. Cada grupo produzirá postagens (vídeos, imagens e textos) sobre os temas históricos escolhidos, disponibilizando assim o material sobre a perspectiva do grupo para os demais estudantes. Após as postagens os (as) demais estudantes poderão utilizar dos comentários no *blog* para tirar dúvidas sobre o material publicado, podendo ainda fazer uso de enquetes ou questionários sobre o tema estudado.

⁸ Seleção de conteúdos e seus objetivos quanto à metodologia para seu desenvolvimento, constitui uma posição política, pedagógica e social a ser adotada.

A 3ª etapa deverá ser realizada pelo professor juntamente com os (as) estudantes em uma mesa redonda que abordará os trabalhos desenvolvidos no *blog*, trazendo para a discussão os temas relacionados aos dilemas e conflitos que estão presentes na sociedade, avaliando assim a participação individual e coletiva de cada grupo.

A última etapa tem-se a avaliação final do processo onde todos (as) os (as) estudantes realizarão de forma individual ou em grupo, sem a interferência do professor. Nesse momento, o (a) estudante avaliará o percurso que fez entre o material coletado para a pesquisa do período abordado, os conhecimentos significantes que se apropriou, a interação com o grupo, a produção individual para o trabalho, as diferentes visões de mundo após o estudo sobre o material coletado e o debate gerado em sala de aula, quais mudanças isso promoveu na sua maneira de observar o passado, que provocações ficaram sem resposta, quais as relações entre estes períodos estudados e a realidade que vivenciamos hoje. É um momento que poderá ser utilizado como aprendizagem enriquecedora sobre o estudo de história.

Ainda na necessidade de criar o melhor ambiente possível para formação dos estudantes, o uso do laboratório de informática e da biblioteca, como espaços de vivência e convivência no fazer e produzir a história será, muito importante. Limitar o espaço de atuação dos estudantes da EJA dentro da própria escola é limitar o acesso a aprendizagem.

Não podemos conceber que o Projeto Interventivo Local algo feito exclusivamente para História. O estudante poderá fazer uso de parte do tempo para pesquisar temas relacionado a outras disciplinas, abordados por outros *blogs*, podendo também ser utilizado pelas demais disciplinas. Assim este PIL concebido para a disciplina de História pode ser ampliado, a partir da adesão de novos professores, estaremos enriquecendo ainda mais com a multiplicidade de visões e de comentários.

É preciso ampliar as perspectivas do PIL que deve se torna maior, talvez inter ou multidisciplinar. No sentido de orientar o PIL para integração de disciplinas e construção de projeto interdisciplinar ou multidisciplinar, podemos organicamente associar PIL a outros projetos já existentes e tradicionais no Centro de Ensino Fundamental 04 de Sobradinho, como por exemplo, a Festa das Regiões, que é a culminância de um projeto baseado na diversidade da cultura nacional, as origens das culturas regionais brasileira. Seria a oportunidade de integração entre estudantes da EJA e outras realidades da escola. Assim os (as) estudantes da EJA da condição de meros figurantes, passariam a assumir papéis de protagonistas.

Por fim, confrontamos o PIL com Currículo em Movimento da Educação Básica – EJA. Observamos especificamente a 8ª Etapa de segundo Segmento de História. Nessa comparação, verificamos que o PIL está compatível com esse novo currículo da EJA, sendo observados:

- Utilizar fontes históricas em suas pesquisas escolares.
- Ter iniciativas e autonomia na realização de trabalhos individuais e coletivos.
- Utilizar conceitos para explicar relações sociais, econômicas e políticas de realidades históricas singulares, com destaque para a questão da cidadania.
- Refletir sobre as grandes transformações tecnológicas e os impactos que produzem na vida das sociedades.
- Debater idéias e expressá-las por escrito e por outras formas de comunicação.
- Dar importância aos intercâmbios entre as diferentes sociedades e às negociações na mediação de conflitos.
- Coletar informações de fontes históricas, como textos, imagens, objetos, mapas urbanos e edificações.

Podemos perceber que o PIL está imerso em todo o conteúdo disposto para 8ª Etapa do segundo Segmento o Currículo em Movimento.

7 CRONOGRAMA

Cronograma	
Fevereiro	Seleção prévia de textos, vídeos e imagens dentro das propostas dos períodos históricos estudados pelos grupos.
Março	
Abril	Postagens dos trabalhos, interação entre os diversos membros dos grupos através dos comentários, enquetes e questionários.
Maio	
Junho	Mesa-redonda estabelecendo os debates e as apresentações dos trabalhos, contando com a participação dos (as) estudantes.
Julho	Avaliação formativa e publicação dos resultados do Projeto Interventivo Local.

Quadro 04 – Cronograma de atividades a serem desenvolvidas

8 PARCEIROS

Espero contar com o apoio de diversos parceiros, entre eles: a Coordenação Regional de Ensino de Sobradinho, a equipe gestora do Centro de Ensino Fundamental nº 04, de Sobradinho I – DF, servidores do laboratório de informática, as merendeiras, servidores da limpeza, porteiros, vigias, secretárias e professores e demais profissionais desta instituição.

Importante parceria se dará também com os estudantes na medida em que eles se tornarão protagonistas do Blog.

9 ORÇAMENTO

O desenvolvimento do Projeto de Intervenção Local não requer investimento externo ou financeiro, uma vez que os recursos humanos, materiais e tecnológicos estão disponíveis no CED 04 de Sobradinho.

Para a criação do Blog de História, conforme a tabela abaixo, os (as) estudantes da Educação de Jovens, Adultos e Idosos contarão com equipamentos e infraestrutura disponível no Centro de ensino 04 de Sobradinho/DF.

EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
	1	Data show
	20	Cadeiras
	1	Roteador wireless
	20	Computadores
	1	Impressora
	20	Mesas
	Internet com capacidade de 30 Mb/s	

A construção do blog não necessita de mão de obra qualificada, ficando a cargo dos estudantes com mediação e orientação do professor tanto a criação como a manutenção.

10 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

No acompanhamento do Projeto de Intervenção Local será respeitada a execução de cada etapa conforme a atividade proposta. Estando o projeto inserido no Projeto Político Pedagógico da escola, o conselho escolar também poderá acompanhá-lo por meio de representante. Poderemos usar o acompanhamento com forma de avaliação parcial do processo, verificando a execução das etapas, apreciação dos resultados obtidos e as dificuldades que ensejam algum tipo de mudança na aplicação da metodologia. Sobre a avaliação, destacamos a coexistência de duas dimensões: primeiramente observando aspectos da participação e colaboração com os demais integrantes do grupo; sua atuação e interação com os demais grupos e suas intervenções sobre o objeto de estudo. Como primeira avaliação teremos a auto avaliação entre os integrantes do grupo, a segunda será pelo professor, que avaliando a participação dos estudantes na interação com os demais grupos e em sala de aula.

O processo de acompanhamento e avaliação acontecerá em todas as etapas do projeto de forma coletivas e/ou individuais, analisadas sobre as bases das abordagens e das participações nas postagens no *blog*, fórum de dúvidas, debates em sala.

Este Projeto de Intervenção Local foi pensado na realidade do Centro de Ensino de Fundamental 04 de Sobradinho, mas se adequa a qualquer realidade da educação de jovens, adultos e idosos, visto que contempla o Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito Federal, aprovado em 2014 e as Diretrizes Operacionais da EJA tendo o PIL como eixo: “cultura, mundo do trabalho e tecnologias, como possibilidade para diálogo do conhecimento científico com os saberes trazidos pelos sujeitos e fortalece a organização dos componentes curriculares em áreas do conhecimento”. O diagnóstico do Centro de Ensino nº 4 de Sobradinho, apresenta elementos que são comuns nas escolas de educação de jovens, adultos e idosos, portanto traz contribuições para a Educação de jovens, adultos e idosos como modalidade de ensino. Sendo assim este PIL tem condições, após diagnóstico escolar se adequar a outras instituições de ensino.

11 REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia Maria. **O ensino de história como fator de coesão nacional:** os programas de 1931. Revista Brasileira de História. São Paulo: Anpuh/ Marco Zero, v. 13, n. 25/26, 1993, p.163-174.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2014. **Índice de Desenvolvimento Humano.** Disponível em: < <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>> Acesso em: 20 mar. 2014.

BALTAZAR, N.; AGUADED, I. **Weblogs como recurso tecnológico numa nova educação.** 2006. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/baltazar-neusa-aguaded-ignacio-weblogs-educacao.pdf>. Acesso em 29 set. 2015

BRASIL. Decreto s/n, de 2 de dezembro de 1837. **Convertendo o Seminário de São Joaquim em colégio de instrução secundária, com a denominação de Colégio de Pedro II, e outras disposições.** Coleção das leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro, v.1, parte 2, p. 59-61, 1837.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394/96.** Brasília: Imprensa Oficial, Diário Oficial, v. 134, n. 248, 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BEZERRA, T. T. **Blogs educacionais e o desafio de ensinar e aprender na internet:** possibilidades de (re) construção do fazer pedagógico. 2008. 120g. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, Brasília.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2004.

BOVO, Vanilda Galvão. **O uso do computador na Educação de Jovens e Adultos.** Rev. PEC, Curitiba, v.2, n.1, p.105-112, jul. 2001-jul. 2002.

CAMPOS, E. L. F.. **A Infrequência dos alunos adultos trabalhadores, em processo de alfabetização, na Universidade Federal de Minas Gerais.** UFMG, 2003. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

CARVALHO, A. A.(org). **Manual de ferramentas da web 2.0 para professores.** 8. Lisboa, Portugal: Ministério da Educação - Direcção-Geral da Inovação e de Desenvolvimento Curricular, 2008.

CATELLI, Roberto. **Ainda inadequado:** depoimento [cinco de maio, 2014]. São Paulo: Revista Educação. Entrevista concedida a Patrícia Ribas.

CODEPLAN- Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **PESQUISADISTRITALPOR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS – SOBRADINHO – PDAD,** Brasília, 2015.

FÁVERO, Osmar. **Ainda inadequado:** depoimento [cinco de maio, 2014]. São Paulo: *Revista Educação.* Entrevista concedida a Patrícia Ribas.

FONSECA, Virginia; LINDEMANN, Cristiane. **Web jornalismo participativo: repensando algumas questões técnicas e teóricas**. Revista FAMECOS, Porto Alegre, n. 34, p. 86-94, dez. 2007.

FUNDAÇÃO IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. 1935. Rio de Janeiro, ano II. 1935.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17^o. Ed. São Paulo, SP, Paz e Terra, 1987.

GOMES, M. J. Blogs: um recurso e uma estratégia pedagógica. In: MENDES, A.; PEREIRA, L.; COSTA, R. (Eds). **Atas do VII Simpósio Internacional de Informática Educativa**. Leiria: Portugal, 2005, p. 311-315.

GUTIERREZ, Suzana. **Blogs e educação: Contribuição para a construção de uma teoria**. Disponível em: < <http://www.virtual.ufc.br/cursouca>> Acesso em: 10 mar. 2014.

GUTIERREZ, Suzana. **Weblogs e educação: contribuição para a construção de uma teoria**. Revista Novas Tecnologias na Educação – Renote. Porto Alegre, CINTED-UFRGS, v.3, n.1, Maio/2005. Disponível em: http://www.cinted.ufrgs.br/renote/maio2005/artigos/a15_welogs.pdf. Acesso em: 29 set. 2015.

HARASIM, L. *et al.* **Redes de aprendizagem: um guia para ensino e aprendizagem online**. Trad. Ibraima Dafonte Tavares. São Paulo: SENAC, 2005.

LEITE, L. S. Mídia e perspectiva da tecnologia educacional no processo pedagógico contemporâneo. In: FREIRE, W. (Org.). **Tecnologias e educação: as mídias na prática docente**. Rio de Janeiro. Wak, 2008, p. 61-78.

LÉVY, P.. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARINHO, Simão Pedro. **A tecno-ausência na formação inicial do professor da Educação Básica na visão de docentes de licenciaturas**. In: SCHWARTZ, Cleonara M. et al. (Org.). **Desafios da Educação Básica e pesquisa em educação**. Vitória: EDUFES, 2007. p. 177-199.

NADAI, Elza. **O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectivas**. Revista Brasileira de História. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, v. 13, n. 25/26, 1993, p.143-162.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento – um processo histórico**. São Paulo: Scipione, 1998.

OLIVEIRA, Romualdo L. Portela. **Educação de Jovens e Adultos: o direito à educação**. In: Mesa Redonda: Direitos Educativos e a EJA no Brasil. 16^o Congresso de Leitura do Brasil – COLE, X Seminário de Educação de Jovens e Adultos. Campinas: UNICAMP, 11 a 13 de julho de 2007, http://www.alb.com.br/anais16/prog_pdf/prog01_01.pdf, acessado em 05 de maio de 2008.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular - Educação de Adultos**, Edições Loyola, São Paulo, 1987.

PARECER CNE/CEB 11/2000 - HOMOLOGADO **Despacho do Ministro em 7/6/2000**, publicado no Diário Oficial da União de 9/6/2000, Seção 1e, p. 15.

PRIMO, A. F. T.; SMANIOTTO, Ana Maria Reczek. **Blogs como espaços de conversação: interações conversacionais na comunidade de blogs insanus e Compos**, v. 1, n. 5, p. 1-21, 2006.

PROJETO Político Pedagógico do Centro de Ensino Fundamental de Sobradinho I – DF do ano de 2015, Sobradinho I - DF, 2015.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão (coord.) **Educação de jovens e adultos –Proposta curricular para o 1º Segmento do ensino fundamental** São Paulo / Brasília, 1997.

RODRIGUES, Cláudia. **Blog Educacional: Uma Proposta de Ferramenta Pedagógica**. III Encontro Nacional sobre Hipertexto, Belo Horizonte, MG – 29 a 31 de outubro de 2009.

SANTOS, M. A. M. T.. **A produção do sucesso na educação de jovens e adultos: o caso de uma escola pública em Brazlândia**. Brasília DF: UNB. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília, 2007.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, 2014.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, 2014.

SILVIA FILHO, A. M. Blog: um novo poder de comunicação. **Revista Espaço Acadêmico**, Ano VI, n. 63, ago. 2006. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/063/63amsf.htm>. Acesso em: 28 set. 2015

SILVEIRA, A. C. M. da. (Org.). **Divulgação científica e tecnologias de informação e comunicação**. Santa Maria: FACOS. UFSM, 2003.

SCHMIDT, Maria. **História do Ensino de História no Brasil: Uma proposta de periodização**. Edição. Universidade Federal do Paraná, Brasil, 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/24245> >. Acesso em: 02/09/2015.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. III. Petrópolis: Vozes, 2005.

TAJRA, S. F. **Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade**. São Paulo: Érica, 2008.

VIEIRA, S.; VELA, H. Escolas rurais: educação para a inclusão digital. In: SILVEIRA, A.C. M. da. (Org.). **Divulgação científica e tecnologias de informação e comunicação**. Santa Maria: FACOS, UFSM, 2003. p. 39-64.

VON STAA, Betina. **Sete Motivos para um Professor criar um blog** (s.d.) Disponível em: http://www.educacional.com.br/articulistas/betina_bd.asp?codtexto=636 Acesso em: 29 set. 2015.

BREVE MEMORIAL

Filho de pai pedreiro, mãe doméstica e com uma irmã caçula, vivíamos de maneira simples e constantemente tínhamos de mudar de cidade sempre que uma nova oportunidade de trabalho para meu pai surgisse.

Como outros estudantes de escola pública conciliei, durante a adolescência, o trabalho como servente de pedreiro e meus estudos. Durante o dia ficava atarefado em carregar tijolos e fazer traços de massa de cimento e para não deixar de estudar fui matriculado no noturno aos 15 anos, tendo como companhia outros estudantes trabalhadores.

Destas nossas andanças, chegamos a Brasília no ano de 2000, viemos morar na Região Administrativa de Sobradinho/DF. Trabalhamos, conseguimos nosso lote, começamos novamente a construir o nosso sonho, mas não estava feliz. Não gostava de trabalhar na construção civil, não estava conformado com as humilhações sofridas pelo meu pai, a exploração de sua mão de obra por outras pessoas, não queria aquilo para minha vida e ele também não. Ganhei o seu apoio na busca por algo melhor.

Passei então a trabalhar no apoio a um pesquisador do laboratório de Geotécnia da Universidade de Brasília, a qual minha mãe prestava serviços como doméstica. Dentro da Universidade, através do contato com pessoas sábias e motivadoras que estavam sempre aconselhando a continuidade dos meus estudos, acabei ingressando no curso de licenciatura em História do Centro Universitário de Brasília.

No final da graduação, no 1º semestre de 2006, tive a oportunidade de lecionar e as minhas primeiras aulas foram para jovens, adultos e idosos durante o estágio supervisionado. Em sala de aula priorizava uma linha conteudista, um discurso monocrático e uma visão acrítica da realidade dos (as) estudantes. A sua história de vida, a sua jornada de trabalho não eram reconhecidas. Confesso que não estava preparado para práticas de ensino libertárias que tanto ansiavam aqueles (as) estudantes. Não lecionava de uma forma reacionária ou revolucionária, apenas copiava algumas práxis que circundavam a minha volta.

Em 2011 retorno à Educação de Jovens, Adultos e Idosos como professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal e ao longo do tempo pude perceber que algumas propostas levadas para a EJA não alcançavam os resultados esperados. Devido à própria falta de humildade em não questionar as minhas práticas em sala de aula, me fez com que isolasse cada vez mais dos (as) estudantes.

Com o passar de alguns semestres surge a oportunidade de participar do II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA / 2013-2014, ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (PPGE/UNB). No 1º semestre de 2013 tem início o curso de

especialização, estava eufórico, minha vida tinha novos rumos, a UNB renovava as minhas esperanças, estava em uma condição que sempre desejava: ser aluno da Universidade de Brasília. Ao longo de cada módulo oferecido pelo curso, aprofundava as minhas reflexões sobre o meu fazer pedagógico, porém precisei de um tempo maior para a conclusão do Projeto de Intervenção Local (PIL).

Surge então uma nova oportunidade para concluir o PIL, com a oferta do III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA / 2014-2015. Nesta segunda oportunidade, humanizei as minhas práticas como professor; reconheci a importância em identificar o perfil dos (as) estudantes; sua bagagem cultural; observar eles como sujeitos de seu próprio conhecimento e construtores do conhecimento histórico. Esta experiência foi paulatinamente reconstruindo em mim um sujeito feliz e amoroso.

Já sinto saudade dos meus orientadores Prof. Renato Hilário e Professora Leila Maria, com aperto no coração releio nossas anotações desta curta jornada, ligada pelo respeito, carinho e amorosidade.